

Dá-me desta água...

João Abner Guimarães Jr.
Jorge Atílio Silva Iulianelli
Marcelino Lima
Pablo Richard
Roberto Malvezzi
Rogério P. da Cruz





Criação do cartaz: Elaine de Fátima Carvalho, Fausto de Souza Alves, Marina Alves, Thais Hernandes Tartari, alunos do curso de Publicidade e Propaganda da PUC – Campinas/SP

Campanha da Fraternidade continua!

A Campanha da Fraternidade – 2005 (CF-2005) com o tema “Solidariedade e paz” foi lançada em fevereiro e realizou as principais ações durante a Quaresma, mas os gestos de superação de violência da CF, que este ano é ecumênica, continuam. Assim, destacam-se duas atividades que estão sendo desenvolvidas pela campanha desse ano:

Coleta Ecumênica da Solidariedade

A campanha da fraternidade convida todos para realizarem doações, consideradas um gesto concreto de solidariedade. As doações serão destinadas ao Fundo Ecumênico de Solidariedade, que financiará projetos que defendam os direitos humanos, as vítimas da exclusão social e promovam a paz.

Para contribuir:

Conta do Fundo Ecumênico de Solidariedade

Banco do Brasil – Agência 3475-4

C/C 35000-1 Fundo Ecumênico de Solidariedade

Enviar comprovante de depósito para Cáritas Brasileiras – Fax: (61) 226-0701

Desarmamento

A Campanha do Desarmamento, idealizada pela ong Viva Rio, faz parte das ações da CF-2005. Para o Conic, o lema da campanha, “Felizes os que promovem a paz”, está ligado à causa do desarmamento. Mais de 200 igrejas (católicas, luteranas, presbiterianas e metodistas) de todo o país passaram a abrir as portas para funcionar como postos de entrega de armas, aos sábados. Até outubro os participantes da campanha da Fraternidade estarão empenhados na realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e pretendem recolher 500 mil armas. Ao entregar uma arma, nos postos de coleta, o cidadão recebe uma indenização que varia entre R\$ 100,000 a R\$300,000. Participe!

Mais informações: www.conic.org.br ou www.vivario.org.br

**KOINONIA Presença Ecológica
e Serviço**Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br**CONSELHO EDITORIAL**Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jethier Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves**EDITOR**Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)**ORGANIZADOR DESTA NÚMERO**

Jorge Atilio Iulianelli

EDITORA ASSISTENTE

E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa
Mtb 18619**ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO**

Manoela Vianna

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Martha Braga

COPIESQUE E REVISÃO

Carlos Cunha

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Andréa Carvalho

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Ana Emília Gualberto

Luciana Alves

CAPA

Martha Braga

IMPRESSÃO

Gráfica Clip

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.As charges dessa edição foram gentilmente
cedidas pelo Salão Universitário de Humor
de Piracicaba.Os desenhos das pp. 16, 18 e 22 são de Ivan
Júnior e foram extraídos do livro *A Peleja do
velho Chico contra o vampiro da transposição*,
de Rogaciano Oliveira, publicado pela
Associação no Semi-Árido Brasileiro (ASA).

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA**Superar a violência: compromisso ecumênico
com os direitos humanos****6****DA-ME DESTA ÁGUA...****HIDROPIRATARIA****Um excelente negócio: água****7**

Roberto Malvezzi

HIDROCOMUNHÃO**Segurança hídrica e alimentar****12**

Marcelino Lima

HIDROMALÍCIA**A transposição do Rio São Francisco****18**

João Abner Guimarães Jr. e Rogério P. da Cruz

HIDRODIREITO**Direito humano à água: raízes da insegurança****22**

Jorge Atilio Silva Iulianelli

TEOLOGIA**Sobre cacimbas e desvios****28**

Ivone Gebara

LIBERTAÇÃO**Crise irreversível na Igreja Católica Romana****31**

Pablo Richard

DÉCADA**Para superar a violência****37**

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

O direito de acesso à água, como um bem público,

cada dia se torna mais restrito. Dados oficiais nos informam que 1,3 bilhão de pessoas em todo o mundo já sofrem com a falta d'água. Os organismos multilaterais que regulam e controlam o comércio mundial, por meio dos chamados 'ajustes estruturais', pressionam os governos, especialmente dos países em desenvolvimento, no sentido de colocar os recursos hídricos, até aqui administrados por organismos públicos, sob o controle da iniciativa privada cujos interesses, como sabemos todos, redundam na fórmula: "água para quem pode pagar!" Como um dos resultados da ação depredadora da natureza, gerada pelo modelo vigente de industrialização, o desabastecimento hídrico já se tornou uma realidade sombria e alguns estudiosos alertam para o fato de que a diminuição do volume de água potável será o grande problema da Humanidade nas próximas décadas. Alguns ambientalistas chegam a afirmar que a água terá, neste século, a mesma importância geopolítica e econômica do petróleo. À diferença de outras regiões do mundo, o Brasil se encontra em situação privilegiada com 18% do potencial de superfície do planeta ao dispor de um volume armazenado de água subterrânea da ordem de 112 mil km cúbicos e, aproximadamente, 8 mil km cúbicos de água correndo pelos seus rios. Mas, como todos sabem, nem todos os brasileiros usufruem dessa abundância hídrica. E a razão está na distribuição desigual da renda e da riqueza, que faz com que um terço da população viva abaixo da linha da miséria e, portanto, sem acesso à água encanada e ao tratamento sanitário.

Por constituir-se na região menos contemplada pelas políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro, o Nordeste se configurou como a que apresenta o mais baixo índice de desenvolvimento humano do País. É aí que se localiza, no espaço do chamado Semi-Árido nordestino, o Polígono das Secas que, só no século XX, foi atingido por vinte e dois anos de estiagem, ou seja, uma região que apresenta baixíssimos índices pluviométricos. Os articulistas do bloco principal desta edição se ocupam em salientar e discutir os mais significativos problemas relativos à situação do Semi-Árido nordestino, debatendo a questão da escassez hídrica e as diferentes soluções propostas, desde a captação de águas subterrâneas por meio da perfuração de poços, construção de cisternas de placas para o armazenamento de água da chuva, até a muito discutida transposição do Rio São Francisco. Surgida no século XIX esta proposta, embora altamente controversa, é vista por alguns setores como a solução definitiva para a escassez hídrica de que padece a região do Semi-Árido. Sonho de D. Pedro II que acaba de tornar-se numa das futuras obras de impacto do atual governo. Será?

A escolha do Cardeal Joseph Ratzinger, Bento XVI, como novo ocupante do trono pontifício significou, para alguns analistas da cena vaticana, a continuidade do projeto eclesial estabelecido e consolidado no pontificado de João Paulo II. Num texto ágil e objetivo o teólogo Pablo Richard, chileno radicado na Costa Rica, salienta as principais carências, contradições e compromissos desse projeto que, na sua percepção, o tornam inviável como proposta para a encarnação contemporânea da utopia evangélica. Ao mesmo tempo desafia os cristãos católicos (também os outros...) a não esmorecerem na luta pela construção de uma Igreja verdadeiramente sintonizada com as necessidades reais, os direitos e os sonhos de uma Humanidade reconciliada segundo os valores do Reino proclamado por Jesus. É isso aí!

CARTAS

Não, não que não gosto mais da revista Tempo e Presença. Pelo contrário acho a publicação interessante, importante, muito atualizada para ajudar, orientar e avaliar o trabalho no meio do povo excluído...mesmo que a minha atuação aconteça mais no acompanhamento de uma jovem comunidade que se coloca ao serviço do povo do bairro de ocupação.

Então aí vai a atrasada renovação da revista acompanhada de um grande pedido de desculpa. Um grande abraço

Maria Helena
Aracaju

Recebi o terceiro comunicado e resolvi enviar as breves linhas:

A assinatura da revista, assim como outras na mesma linha, mantém com dificuldade, mas o lado positivo sempre foi maior, pois repasso para pessoas ou colégios, vizinhos, etc. Sou pessoa que moro em área pobre, mas procuro acompanhar, respirar em toda nossa situação. E, francamente, não concordo, não aceito a resistência que os intelectuais têm ao governo do Rio de Janeiro, principalmente a imprensa.

Um abraço

Natalia Batista
Rio de Janeiro

Tempo e Presença chegou até mim através de um presente ofertado por um amigo. Depois disso, tornou-se uma importante fonte de pesquisa para mim e meus amigos, devido à

seriedade com que são tratados os assuntos por ela enfocados e ao seu compromisso com a libertação de nossa gente. Em verdade tais assuntos contêm informações que têm a intenção de tornar consciente o cidadão brasileiro.

Por isso tudo, muito obrigado.

Genário Magela Silva
Itabirito, MG

Suas publicações estão me proporcionando uma visão realista e crítica dos diversos assuntos eclesiais, sociais, políticos, econômicos e bíblicos. Gostaria de continuar assinante desta importante revista, um meio de comunicação alternativo de grande valia.

Mauro Castilho Gonçalves
Taubaté, SP

Tenho tomado conhecimento do valioso trabalho registrado nas páginas da revista Tempo e Presença, interessa-me passar a ser assinante da mesma.

Martiniano José Santos Costa
Valença, BA

Quero externar, através desta, a alegria com que tenho recebido a revista Tempo e Presença, onde tenho encontrado artifício que tem me levado à profunda reflexão sobre assuntos de grande relevância a missão da igreja evangélica no Brasil e na América Latina. Parabéns e continuem assim.

Jairton Barros de Melo
São Bernardo do Campo, SP

Envie sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre TEMPO E PRESENÇA.

E-mail para
tp@koinonia.org.br
Cartas para
Tempo e Presença/Koinonia
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ

Superar a violência:

compromisso ecumênico com os direitos humanos



Os argumentos contrários à campanha do desarmamento são de duas ordens fundamentalmente. No arco ideológico da direita temos o argumento da autodefesa como direito fundamental. A partir de uma perspectiva de esquerda existe o argumento em favor da posse da arma como direito revolucionário. Num e noutro argumento está presente a noção básica do equilíbrio de forças: ao mal se responde com igual potência, aniquilando-o.

O argumento *à la droit* se desenvolve de modo a atingir apelo popular. Basta sentar-se diante do aparelho de televisão e encontrar apresentadoras que indicam: “querem desarmar as pessoas de bem, os bandidos continuarão armados”. É verdade, os bandidos continuarão armados. O fato básico é que a campanha de desarmamento visa atingir o que os criminólogos e a sociologia da violência qualificam como crime fútil. Trata-se daquele caso em que ocorre morte accidental por uso doméstico de armamento legalmente possuído. Além disso, muitas das mortes que essas armas provocam são fruto de discussões fúteis em acidentes de trânsito, ou em bares por motivos diversos (alto teor etílico do agressor, paixões, futebol, etc). Muitas dessas armas terminam nas mãos de bandidos após assaltos a residências, seguidos ou não de morte. Diante disso resta apenas constatar que a campanha do de-

sarmamento já diminuiu o número de mortes por armas de fogo em 18% em São Paulo e em 13 % no Rio de Janeiro – mais armas domésticas entregues implica em menor número de mortes por armas de fogo.

O argumento *à la gauche* destoa do anterior. Nele se indica que o uso de armas pelos cidadãos pode ser um instrumento que faz valer os direitos. O monopólio da violência nas mãos do Estado é um complexo modo de submissão da cidadania ao poder do Capital. Desarmada a população civil, os proletários, permanecerão reféns desse poder. Quem poderá libertar-se? O argumento central, ao fim, é o do direito de rebelião e o do confronto militar. É evidente que a estratégia revolucionária exigiria algum potencial militar nesta hermenêutica.

Admitamos que existisse uma necessidade de revolução social. Isto implicaria em constituir corpos militares alternativos aos do Estado. A composição desses corpos se beneficiaria, em que, das armas dos cidadãos comuns? Certamente, o argumento militar revolucionário acederá que nem todo cidadão armado é um cidadão revolucionário. No limite, poderia até mesmo conceder que muitos cidadãos armados fossem anti-revolucionários e isto implicaria em um reforço do poder contrário aos rebeldes. Em suma, o armamento doméstico, como um di-

reito de autodefesa, não é uma contribuição direta à luta revolucionária. Ao contrário, pode ser contraproducente.

No limite, os argumentos da direita e da esquerda ao subentenderem o equilíbrio de forças desprezam os ensinamentos da ação não-violenta que as seguidoras e seguidores de Jesus podem aprender do mestre, assim como Martin Luther King e Gandhi. A não-violência é um método eficaz para a alteração de situações de injustiça social, de desigualdade sócio-econômica e de não-reconhecimento das diferenças.

O apoio à campanha pelo desarmamento não é um acordo com a situação de desigualdade social que países como o Brasil vivem. Uma campanha pelo desarmamento se aninha ao grande movimento em favor da afirmação e promoção da justiça, da paz e da integridade da criação. Como dizia a liderança de um movimento colombiano pela reforma agrária (um jovem de 25 anos, que teve sua família destrozada pela luta intestina de movimentos revolucionários e anti-revolucionários paramilitares, além do reforço dos agentes militares repressivos): A luta armada não está trazendo a paz. Como dizem as mães de vítimas de violência policial, no Rio de Janeiro: a repressão ao crime, sem inteligência, está cumulando de vítimas as comunidades da periferia. ☐

Um excelente negócio:

Roberto Malvezzi

Dos negócios sujos com a água limpa, o mais sórdido talvez seja a criação de camarões em cativeiro (carcinicultura). Além de expulsar os pescadores tradicionais condenando-os à fome pelo desemprego, provoca danos à fauna e acaba por gerar uma elite empresarial que reserva a si os bens destinados a todos. Uma palavra de rebeldia e resistência, este artigo



A QUESTÃO

Não é apenas um neologismo. Hidro-negócio, obviamente, tem a inspiração no agronegócio. Literalmente, o negócio da água. É a necessidade de criar uma expressão que abrigue sob sua sombra todos os tipos de negócios que hoje surgem a partir da água.

O negócio da água é múltiplo, assim como seus usos e valores. É negócio na água engarrafada, no serviço de saneamento ambiental, no uso intenso em irrigação, na pecuária, na indústria, assim por diante. O negócio da água até pouco tempo era estimado como o mais promissor deste início de milênio.

“Existe uma Oligarquia Internacional da Água”, denunciou Ricardo

Petrella na conferência “Água – bem comum”, no Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre. Segundo Petrella, essa oligarquia está privatizando e mercantilizando a água em todo o Planeta. Ela se subdivide em vários ramos, conforme o uso múltiplo das águas. Esse fenômeno aumentou muito nos últimos anos. É uma oligarquia que produz conhecimento, dá a direção do discurso, tem o poder da narrativa, influencia a mídia e determina a agenda mundial da água. No entanto tem enfrentado percalços que não estavam em suas projeções. Um dos principais obstáculos é a resistência popular, em várias partes do mundo, a qualquer princípio de mercantilização e privatização da água.

O BRASIL E O HIDRONEGÓCIO

O Brasil possui em seus rios, segundo dados mais recentes, 13,8% (Ministério do Meio Ambiente: "Plano Nacional de Recursos Hídricos") das águas doces dos rios do Planeta. Temos ainda grande abundância de águas subterrâneas e somos o único país de dimensões continentais com chuvas regulares sobre todo o território nacional. Por todos esses dados, o Brasil é considerado a maior potência mundial em volume de água doce do Planeta. Por motivos óbvios as águas brasileiras são objeto de coíbiça nacional e internacional.

A nova política mundial da água doce chegou ao Brasil na década passada pelas mãos do Banco Mundial. Uma série de estudos sobre as águas brasileiras foi implementada para diagnosticar a situação de nossas águas, de que resultaram quatro volumes. Esses estudos influenciaram a elaboração da nossa Lei Nacional de Recursos Hídricos de 1997 que instituiu o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos, agora em franca implementação.

A lei que tem embasamento no valor econômico da água, além de outras contradições, tem o mérito de tentar disciplinar o uso de nossas águas de forma racional, a partir das bacias hidrográficas. Na sua contradição interna, propõe a gestão democrática das águas, com participação de toda a sociedade.

O Brasil tem a maior rede de bacias hidrográficas do Planeta, agrupadas em doze regiões hidrográficas por proximidade geográfica, semelhanças ambientais, sociais e econômicas

É pelos caminhos das águas que avança o capital no campo, interferindo, ocupando e remodelando o espaço antes de comunidades indígenas e tradicionais. A forma como se ocupam os solos, como se devasta a vegetação repercute diretamente no assoreamento dos rios e contaminação dos corpos d'água

(Plano Nacional de Recursos Hídricos, p. 29). Essa questão é essencial porque é pelos caminhos das águas que avança o capital no campo, interferindo, ocupando e remodelando o espaço antes de comunidades indígenas e tradicionais. A forma como se ocupam os solos, como se devasta a vegetação repercute diretamente no assoreamento dos rios e contaminação dos corpos d'água.

AS MÚLTIPLAS FACES DO HIDRONEGÓCIO

Energia hídrica

A esmagadora presença da energia brasileira é de origem hídrica. As centenas de barragens espalhadas pelo território brasileiro são responsáveis por aproximadamente 90% da energia consumida no Brasil. O processo de construção dessas barragens impacta violentamente o meio ambiente e as populações atingidas pelas barragens. Com a escassez de energia, a construção de barragens torna-

se ainda mais polêmica. O primeiro grande exemplo do que não deve ser feito foi a barragem de Sobradinho, no médio São Francisco, relocando 72 mil pessoas e inundando quatro cidades. A partir de Sobradinho, os atingidos por barragens de outras regiões puderam organizar-se melhor para defender seus interesses, até mesmo inviabilizando a construção de algumas, principalmente na bacia do rio Uruguai. É dessa luta que surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que ainda hoje enfrenta a construção de barragens por todo Brasil. O governo brasileiro não investe em fontes alternativas de energia e sobrecarrega os rios brasileiros com a construção de barragens. A energia de origem hídrica que move nosso país é um megarramo do hidronegócio para empreiteiras, corporações técnicas, indústria de turbinas, geradoras e distribuidoras de energia. Estas últimas praticamente privatizadas. Por consequência, a enorme dificuldade de implementar um *mixer* de outras fontes de energia, mais sustentáveis, mais limpas, assim como a solar, a eólica, a biomassa.

Irrigação

A produção mundial de alimentos, sobretudo grãos, está alicerçada não apenas na chamada revolução verde – agora na biotecnologia –, mas também na irrigação. Os dados mais recentes informam que a irrigação já consome 72% da água doce mundial. No Brasil é um pouco menor a utilização da água em irrigação, cerca de 63%. Porém, o uso é crescente e compete diretamente com os demais usos,

principalmente o consumo humano e a dessedentação dos animais. Em nosso país a irrigação está voltada para a produção de grãos, frutas de exportação, como também para a cana irrigada destinada a álcool e açúcar. A soja tomou conta dos cerrados, sobretudo no oeste baiano. No momento a soja migra para o norte, na direção do Araguaia e Tocantins, também do Mato Grosso para Rondônia, sempre em busca de água. O entendimento presente é que, exportar grãos, assim como exportar carne, significa, em última instância, exportar água. Produzir grãos em território alheio é poupar água no próprio território. Técnicas pesadas como pivôs centrais, irrigação por sulco, consomem ainda mais água que a microaspersão. Essa é a verdadeira disputa pela água que se materializa na transposição do rio São Francisco. A humanidade terá que rever seu consumo

A energia de origem hídrica que move nosso país é um megarramo do hidronegócio para empreiteiras, corporações técnicas, indústria de turbinas, geradoras e distribuidoras de energia. Essas últimas praticamente privatizadas

de água para irrigação. Não existe água para que esse modelo de produção continue ao infinito.

Enquanto isso, os pequenos agricultores, principalmente dentro dos assentamentos, às vezes não possuem sequer a água para beber. Compreender que água é um meio de produção tão indispensável quanto a terra ainda é um salto de qualidade que o movimento social apenas começa

a dar. Luta-se pela terra, ainda não se luta pela água como meio de produção. Existem iniciativas nessa direção, ainda incipientes, sobretudo no Semi-Árido, com a captação de água de chuva para a chamada "irrigação de salvação". Capta-se a água de chuva em reservatórios pequenos e essa água é usada nos momentos em que falta a chuva para complementar o período de germinação das plantas. Dessa forma, poupa-se água de chuva e produzem-se alimentos sem investir nos aquíferos subterrâneos ou nos rios. Essa irrigação, aliada à agricultura orgânica, é ecologicamente sustentável e pode abrir um novo horizonte na produção dos assentamentos e da pequena agricultura. Ainda mais: se a captação de água de chuva para a pequena irrigação é viável no Semi-Árido, pode ser muito mais em outras regiões mais chuvosas. Não há motivos para que os assentamentos fiquem aguardando apenas as chuvas, sem cooperar com a natureza, sem armazenar essa água para os períodos de estiagem. O movimento social, a partir da Conferência da Terra e da Água, começa a dar os primeiros passos para assimilar o binômio terra/água como meios de produção indissociáveis e indispensáveis.

Carcinicultura

Outro ramo do hidronegócio, muito mais específico, é a carcinicultura, ou criação de camarão em cativeiro. Some-se à criação de camarão também a de peixes em cativeiro, assim como ostras e outros frutos do mar. É a chamada "revolução azul", a aquícultura, quando se supunha que a produção de

Arquivo Koinonia/Carlos Carvalho



QUANTIDADE DE ÁGUA PARA PRODUZIR ALGUNS ALIMENTOS

Para produzir 1kg	Litros necessários
Arroz	4.500
Trigo	1.500
Pão	150
Batata	150
Cereal	1.500
Carne de vaca	20.000
Verdura	1.000

Fonte: Plano Nacional de Recursos Hídricos, pg.10.

alimentos se iria transferir da terra para a água. O nível de degradação ambiental gerado por esse ramo do hidronegócio já mostra seu impacto mundial. Além de expulsar os pescadores tradicionais dos mangues e provocar danos ambientais à fauna local, é uma atividade que consome mais água doce que a própria irrigação. Essa atividade econômica tem tomado conta de todo o litoral nordestino, incrementado a exportação e gerado uma elite empresarial que se beneficia dessa atividade em detrimento das comunidades tradicionais e do meio ambiente em geral.

Saneamento ambiental

As duas maiores corporações de recursos hídricos no mundo são as multinacionais francesas Vivendi e Suez. Eleitas no 91º e 118º lugares na lista dos 500 do mundo da Fortune, estes dois gigantes da água capturam aproximadamente 40% do mercado de água existente, fornecendo serviços de recursos hídricos para mais de 110 milhões de pessoas cada. A Suez opera em 130 países e a Vivendi em mais de 100; seus faturamentos anuais ficam acima de \$ 70 bilhões (incluindo \$19 (Dólares, Reais, Euro?) bilhões em serviços de água e esgoto). (...) A alemã RWE segue as duas primeiras, com a aquisição da gigante Britânica Thames Water e completando com a compra da American Water Works, a maior empresa privada de serviços de recursos hídricos dos EUA. Com isso a sua base de clientes foi expandida de 43 milhões para 56 milhões de pessoas (...) Outras corporações importantes de recursos

O entendimento presente é que, exportar grãos, assim como exportar carne, significa, em última instância, exportar água. Produzir grãos em território alheio é poupar água no próprio território

hídricos são Bouygues/Saur, U.S. Water, Severn Trent, Anglian Water e Kelda Group". (Relatório das Organizações Mundiais que Defendem a Água como um Bem Comum)

Esse fenômeno, segundo Petrella, seria impossível sem a convergência das autoridades públicas com o setor privado. O Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são os principais organismos a serviço dessa oligarquia internacional da água. Por meio da chamada "condicionalidade cruzada", impõem a

privatização e mercantilização da água a troco de empréstimos. É uma corda posta no pescoço de países pobres ou subordinados.

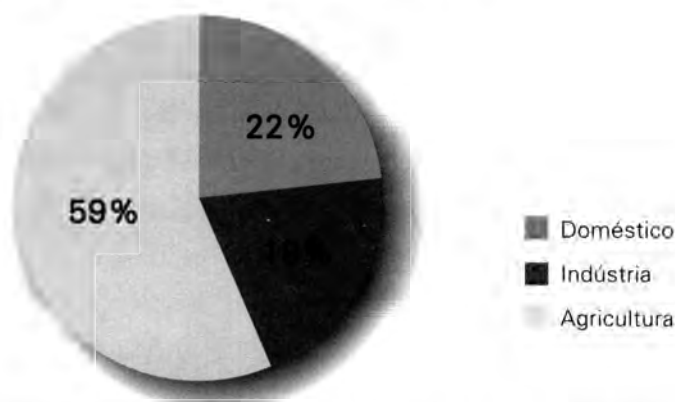
A política mundial que transfere os serviços de saneamento para setor privado dá-se hoje principalmente pelas Parcerias Público-Privadas, agora também lei no Brasil. Um serviço público que passa a ser gerido pelo setor privado e que se torna um dos mais cobiçados e lucrativos ramos do hidronegócio.

Água engarrafada

Outro ramo fantástico do hidronegócio é a água engarrafada. Hoje, em média, a água comprada em copo nos bares está por R\$ 2,00 o litro, isto é, praticamente o preço de um litro de gasolina. As empresas que mais trabalham o ramo da água engarrafada – mineral ou não – são Coca-Cola, Nestlé e outras que se vão apoderando desse ramo do hidronegócio.

Um dos exemplos da luta pela água engarrafada, mineral ou não, é

DEMANDA ANUAL PERCENTUAL CONFORME DIVERSOS TIPOS DE CONSUMO NO BRASIL



Fonte: Ana, Cogerh e o livro *Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido*



o que a Nestlé tem feito com os mananciais da região hidromineral de São Lourenço, Minas Gerais. Ao adquirir o direito de lavra dessas águas, pressionou de tal forma certos mananciais que acabou por eliminá-los. A partir daí a Nestlé adotou uma série de procedimentos de desmineralização de um tipo de água, mesmo de forma ilegal. O que se revela mais a fundo nessa atitude é a relação puramente mercantil com a água. O hidronegócio, como qualquer negócio, visa exclusivamente o lucro.

A REAÇÃO

De todos os cantos do mundo vem a resistência à privatização das águas, o que tem dificultado a estratégia das empresas, da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Um dos exemplos é a resistência boliviana à privatização das águas. A lei de águas, privatizando o serviço em Cochabamba, já estava aprovada. A população cercou Cochabamba. A cidade permaneceu em estado de guerra. Uma pessoa foi morta e várias ficaram feridas. A batalha urbana durou sete dias, mas a lei de privatização foi revogada. Podem ser citadas também as resistências de Tucumán (Argentina), Vancouver (Canadá), África, Índia, e outras. Nesse contexto foi possível lembrar a reação da população à privatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embas), com forte participação da Igreja, obrigando o governo estadual a recuar de sua decisão de privatizar os serviços de água do estado. No

Um dos exemplos é a resistência boliviana à privatização das águas. A lei de águas, privatizando o serviço em Cochabamba, já estava aprovada. A população cercou Cochabamba. A cidade permaneceu em estado de guerra. Uma pessoa foi morta e várias ficaram feridas. A batalha urbana durou sete dias, mas a lei de privatização foi revogada

Brasil ainda, a reação ao projeto de lei 4.147 do governo federal, que pretendia abrir caminhos para a privatização dos serviços básicos de abastecimento e saneamento.

O MODELO CIVILIZATÓRIO E A ÁGUA

As contradições do modelo civilizatório estão nos seus próprios fundamentos. O atual modelo civilizatório, embora tenha avançado na imaterialidade, na virtualidade, não modificou os fundamentos energéticos da revolução industrial, ainda consome água, petróleo, florestas e a biodiversidade em geral de modo devastador. Polui o ar, as águas, devasta os solos de forma quase que irreversível. Por isso, pela primeira vez, a Humanidade toma consciência dos limites do Planeta. A escassez dos recursos colocou a elite mundial numa encruzilhada: ou modifica os

fundamentos predadores do modelo civilizatório, ou exclui grande parte da Humanidade de seus benefícios, reservando para si os bens antes destinados a todos. Por isso, a luta pela terra, pela água, toda luta ambiental, vincula-se ao destino final da humanidade. Pensar os destinos do Planeta a partir da água é pensar os destinos da Humanidade. ☐

Roberto Malvezzi (Gogó), coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Este artigo foi publicado também na Adital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ministério do Meio Ambiente: "Plano Nacional de Recursos Hídricos". Site do MMA
- Lei Nacional de Recursos Hídricos, n. 9.433, 8 de janeiro de 1997.
- Lei de Criação da Agência Nacional de Águas (ANA), n. 9.984, 17 de julho de 2000.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CÁRITAS/CPT. *Água de chuva*. 2a ed. São Paulo, Paulinas, 2001.
- _____. *Bendita água*. Goiânia, Terra, 2002.
- COSTA, Ayrton. *Introdução à ecologia das águas doces*. Recife, Imprensa Universitária da UFRPE, 1991.
- MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau, Edifurb, 2002.
- MILARÉ, Edis. "Direito do ambiente". São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 2000.
- MORELLI, Leonardo. *Grito das águas*. Joinville, Letradágua, 2003.
- NOVAES, Washington. *A década do impasse: da Rio-92 à Rio + 10*. São Paulo, Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2002.
- PETRELLA, Riccardo. *O manifesto da água*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- REBOUÇAS, Aldo C. et al. *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras, 1999.
- Artigos do Autor na Internet: "Geografia da Sede e hidronegócio". "Direito Humano à Água como Alimento". "Transposição do São Francisco: Mito e Realidade", etc. (Procurar pelo nome do autor).

Segurança hídrica e alimentar

Marcelino Lima

Um texto épico.

A partir da comunhão água/alimento, conta/canta as transformações na vida: de famílias grandes que se envergonhavam de ter que vender o pouco que lhes sobrava; de famílias pobres que apenas tinham que vender a mão-de-obra; de famílias de homens migrantes ausentes para ganhar algum dinheiro fora; de famílias incapazes de se manterem na terra e que tinham de abandoná-la. E a mudança de postura de mulheres ante homens pela necessidade de ganhar

São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo da seca.

Josué de Castro¹

A PROBLEMÁTICA MUNDIAL HÍDRICA E ALIMENTAR

Enquanto o consumo de água doce no planeta aumenta assustadoramente, de cinco décadas até os dias de hoje, a disponibilidade vem diminuindo ao ponto de onze países do Oriente Médio e do norte da África sofrerem com o enorme déficit de água potável. No mundo todo cerca de 1,2 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e o dobro disso não possuem saneamento básico e estes são dois fatores indispensáveis para a qualidade da vida humana. A água faz parte de um leque de recursos naturais que compõem o nosso meio ambiente (florestas, fontes de energia, o ar e a biodiversidade) que deve ser fortemente protegido e do qual dependemos nós e muitas outras criaturas.

Os alertas sobre a escassez futura de água, nos anos 1970, eram encarados pelo senso comum como delírio de cientistas e ambientalistas.

A realidade atual é outra. Os noticiários de TV e rádio, a mídia escrita e até grandes produções 'hollywoodianas' tratam com grande frequência do assunto. O que se vê, na verdade é o esgotamento progressivo de fontes d'água doce, seja superficiais, seja subterrâneas em diferentes partes do globo. A história tem-nos ensinado que a recuperação de uma fonte d'água perdida constitui-se numa tarefa enorme, senão impossível em muitos casos.

Com relação à produção de alimentos a situação é diferente, porém não menos preocupante. Durante a segunda metade do século XX a produção agrícola e alimentar mundial multiplicou-se por 2,6, crescendo um pouco mais rapidamente que a população, que passou, ao mesmo tempo, de 2,5 para 6 bilhões de pessoas. Infelizmente este imenso progresso agrícola e alimentar também apresentou fortes limitações e contradições. Para essa população mundial, contam-se hoje 2 bilhões de pessoas que sofrem de subnutrição, por conta da carência de nutrientes (ferro, iodo e outros minerais) e de vitaminas (A, C e outras) importantes para a manutenção da saúde do corpo.

Contam-se hoje 840 milhões de pessoas, das quais 800 milhões nos países em desenvolvimento, que passam fome quase todos os dias. Além disso sabe-se que $\frac{3}{4}$ das pessoas subalimentadas são camponeses pobres ou ex-camponeses recentemente



condenados ao êxodo em direção a favelas desprovidas de infra-estrutura sanitária, de lazer e de segurança; ou em direção a campos de refugiados nos casos de países em conflitos étnicos e guerras². Quem afirma isso é o Professor Marcel Mazoyer, um renomado cientista e estudioso de sistemas agrícolas de diferentes partes do mundo que se preocupa fundamentalmente com a sustentabilidade socioambiental desses sistemas.

Para reverter esse quadro são necessários esforços mobilizadores da população e de governos de todo o mundo. Assim, a ONU, em setembro de 2000, estabeleceu as oito "metas do milênio", na verdade oito macroobjetivos a serem alcançados pelos países-membros, até o ano 2015. No Brasil as metas do milênio são ainda pouco conhecidas, entretanto, mais recentemente, viraram campanha aberta da sociedade civil orga-

nizada. O *site* da campanha "nós podemos", na Internet, pode ser visitado a partir do endereço de acesso: <http://www.nospodemos.org.br/objetivos.htm>. Essa campanha sugere que um mundo melhor será construído quando as ações forem feitas numa perspectiva de desenvolvimento humano e sustentável.

O desenvolvimento sustentável adota uma perspectiva de longo prazo do processo de desenvolvimento econômico e social que compreende a salvaguarda e o aumento do capital ambiental e social e a redução da iniquidade, conceito este que ganha relevância no Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e consolidou seu lugar como âncora para políticas de desenvolvimento durante a Cúpula da Terra de 1992 no Rio de Janeiro. Mas para efetivar tudo isso é preciso melhorar a gestão e a direção dos recursos naturais e ambientais e aumentar a eficiência do uso de ener-

gia e água, bem como reconhecer que a redução da degradação ambiental protege a saúde humana, torna a terra mais produtiva e melhora diversos outros elementos do progresso econômico e social.

A SITUAÇÃO HÍDRICA E ALIMENTAR NO BRASIL

A fome no Brasil resulta da má distribuição de alimentos e renda. No início dos anos 1990 o Brasil tinha 18 milhões de famintos e em 2000 o número havia caído para 13,6 milhões. Entretanto, o número de pessoas sujeitas a insuficiências nutricionais alcançava outros 40,6 milhões. No Brasil, se o volume consumido pela população como um todo fosse repartido de forma igualitária, a ingestão diária por pessoa, incluindo todos os tipos de alimento, seria de pouco mais de 900 gramas. Sendo assim, o fator que gera as situações de fome e de insuficiência

Os alertas sobre a escassez futura de água, nos anos 1970, eram encarados pelo senso comum como delírio de cientistas e ambientalistas. A realidade atual é outra. Os noticiários de TV e rádio, a mídia escrita e até grandes produções 'hollywoodianas' tratam com grande freqüência do assunto. O que se vê, na verdade é o esgotamento progressivo de fontes d'água doce, seja superficiais, seja subterrâneas em diferentes partes do globo

nutricional é a distribuição desigual de alimentos. Ao problema distributivo de alimentos associa-se uma oferta total insuficiente para o atendimento da demanda da população. Atualmente, no Brasil, existem 54 milhões de pessoas em estado de pobreza, com renda diária de menos de um dólar americano, e 7,9 milhões de indigentes, pessoas abaixo da linha de pobreza, que não ingerem a quantidade mínima diária de energia necessária ao ser humano.

Diante dessa realidade seria de esperar que a produção do País fosse suficiente para alimentar toda a população. Entretanto, embora o Brasil esteja entre os três maiores produtores de soja, milho, carne bovina e frango, a maior parte desses produtos é destinada à exportação, sem garantia, assim, a soberania e a segurança alimentar do País. Desta forma, as raízes da fome e da desnutrição no Brasil associam-se a duas

dimensões interdependentes de uma mesma crise de nosso modelo de desenvolvimento: baixo poder aquisitivo da população e insuficiência de produção de alimentos para o consumo interno³.

A situação hídrica não é diferente. Apesar de o Brasil ter a maior reserva de água doce fluvial do Planeta, a maior parte desta água está na bacia amazônica. O Nordeste, com mais de 1,5 milhões de km², possui apenas cerca 5% do total da água doce nacional. Tudo isso está distribuído em lençóis aquíferos ou no cristalino em falhas geológicas e na superfície em duas grandes bacias hidrográficas (São Francisco e Parnaíba) bem como em grandes reservatórios, principalmente no Nordeste setentrional, que, juntos somam 6.5 bilhões de m³. Além desses grandes açudes e barragens dispõe-se de uma quantidade razoável de cisternas e pequenos açudes que, de forma descentralizada servem de fato à população das regiões mais secas e desassistidas pelas políticas oficiais.

A porção semi-árida do Nordeste, com cerca de 900.000 km², apresenta uma expressiva densidade demográfica, fato que traz alguns problemas para a convivência da população com o ambiente semi-árido. O quadro social se agrava em razão da ausência, em cinco séculos de exploração, de melhor adaptação do povoamento e da exploração do território às condições naturais e também de não ter havido maior preocupação com os impactos que a exploração dos recursos pudesse provocar sobre o meio ambiente⁴. O semi-árido brasileiro é sujeito a secas periódicas e esse fenômeno afeta a economia da região em seus mais variados setores. Por exemplo, a contribuição relativa do setor agropecuário

para o PIB regional cai cerca de 60% nos anos de seca e as políticas assistencialistas ganham fôlego na tentativa de diminuir a migração de famílias.⁵ Essas secas periódicas agravam o quadro já crítico de disponibilidade de alimentos e de recursos para a população.

Na metade do século XX o médico Josué de Castro escreveu um livro reconhecido no mundo inteiro como trabalho de enorme valor científico, social, e ainda atual. Essa obra vai muito além do estudo das carências alimentares da população nas diferentes regiões do Brasil; aborda os efeitos sociais e econômicos provocados pela fome, em alguns casos endêmica, da maioria da população pobre no Brasil. Escrevendo sobre o Semi-Árido nordestino ele compara nossa região com outras regiões *...no sertão nordestino – vamos encontrar um novo tipo de fome inteiramente diferente. Não mais a fome atuando de maneira permanente, condicionada pelos hábitos de vida cotidiana, mas apresentando-se em surtos epidêmicos. Surtos agudos de fome que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade.*

É importante destacar: quem mais sofre com os efeitos da seca são as populações pobres da zona rural que vivem nos ambientes mais secos; e, que esse quadro precisa ser revertido a fim de que tais famílias passem a ter um novo relacionamento com a natureza que passa, necessariamente, por um novo enfoque: utilizar bem os recursos naturais e assegurar as produções indispensáveis à segurança alimentar e ao desenvolvimento socioeconômico da região.

Atualmente, no Brasil, existem 54 milhões de pessoas em estado de pobreza, com renda diária de menos de um dólar americano, e 7,9 milhões de indigentes, pessoas abaixo da linha de pobreza, que não ingerem a quantidade mínima diária de energia necessária ao ser humano

ÁGUA, SINÔNIMO DE VIDA NO SEMI-ÁRIDO

No Semi-Árido brasileiro a água é indispensável à vida. São muitas as histórias de donas de casa e de jovens mulheres que têm por 'obrigação' abastecer a casa de água para o gasto (beber, cozinhar e asseio de corpo). E é justamente a disponibilidade de água que determina se as famílias agricultoras terão alimentos e produtos para a venda. É a partir da água para irrigação e da água de chuva, que permite o cultivo de sequeiro, que as populações obtêm os alimentos e os produtos que lhes permitem viver e se relacionar socialmente.

Daí que, a adoção de modelos de gestão de recursos ambientais, associados a processos de produção sustentável, são requisitos indispensáveis ao desenvolvimento socioeconômico do Semi-Árido brasileiro. A tarefa é grande e as dificuldades são muitas para cumpri-la, e, neste sentido, somos pela articulação e mobilização de recursos compartilhada e democratizada, bem como, controlada socialmente. Sendo assim, a agricultura familiar é o modelo de produção estratégico para a construção da auto-suficiência alimentar no

Semi-Árido brasileiro. Neste modelo as propriedades são pequenas, organizadas em torno do conhecimento da família e o volume de trabalho familiar é superior ao contratado.

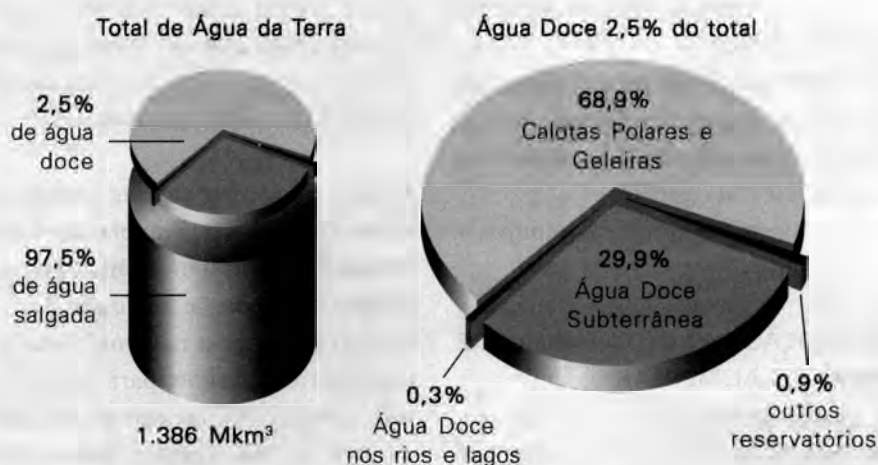
Sabemos, entretanto, que a realidade da produção agrícola e pecuária familiar no Semi-Árido é o enfrentamento de sérias dificuldades que vão desde as precárias condições para o preparo do solo até as barreiras impostas para o acesso a créditos que facilitem a vida das famílias agricultoras. Em consequência, é preciso fortalecer a agricultura familiar para que se migre do sistema convencional para o modelo referenciado em bases agroecológicas, que buscam a harmonia entre o homem, o ambiente e o processo produtivo sustentável, considerando-se os potenciais locais, as especificidades e diversidades. Para que tudo isso aconteça de forma satisfatória há que viabilizar políticas que facilitem o apoio técnico da pesquisa, da assistência técnica, da formação e do crédito.

Algumas experiências vêm sendo desenvolvidas e implementadas por

centenas de organizações não-governamentais que trabalham com desenvolvimento rural no Semi-Árido. Cerca de setecentas dessas organizações são afiliadas à ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro) e têm nela a força política necessária para atuar com o objetivo principal de melhorar os meios de vida de milhares de famílias agricultoras. Guardando suas especificidades, essas organizações se desdobram no esforço de captar e colocar em operação recursos humanos e financeiros a serviço do aumento da segurança hídrica e alimentar das famílias.

A Diaconia, como organização cristã, tem desenvolvido um trabalho de respeito aos valores individuais e coletivos e, sob essa orientação, articulado ações de estruturação das unidades produtivas preparando-as para a estocagem efetiva de água, e a produção de alimentos e forragem, enquanto requisitos básicos para o estabelecimento de um padrão de sustentabilidade e estabilidade dos sistemas de produção. Podemos, então, definir minimamente algumas

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁGUAS NA TERRA NUM DADO INSTANTE



Fonte: Transposição das águas do São Francisco, de João Alves Filho.

É preciso fortalecer a agricultura familiar para que se migre do sistema convencional para o modelo referenciado em bases agroecológicas, que buscam a harmonia entre o homem, o ambiente e o processo produtivo sustentável, considerando-se os potenciais locais, as especificidades e diversidades

orientações para a produção familiar desenvolvidas e implementadas pela Diaconia.

- Participação em redes e articulações
- Valorização dos conhecimentos locais como ponto de partida para o estabelecimento de ações sustentáveis de produção
- Conjugação do conhecimento local com o conhecimento técnico-científico
- Diversificação das culturas e criações
- Otimização dos meios de produção sempre com respeito ao meio ambiente
- Descentralização do uso da terra, crédito e renda
- Fixação das famílias no campo vivendo em condições dignas
- Otimização do uso da água para uso doméstico e irrigação
- Estocagem de água, alimentos e forragem

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE HÍDRICA E ALIMENTAR

A sustentabilidade hídrica e alimentar será alcançada a partir do momento em que a população do Semi-Árido, principalmente as famílias agri-

cultoras cheguem a uma capacidade de estocagem de água, alimentos e forragem para os animais, suficientes para responder à demanda. Na nossa compreensão não basta sair construindo depósitos de água e facilitando o acesso das famílias aos meios de produção. O estágio de "sustentabilidade das ações" só será alcançado a partir do momento em que considerarmos as várias dimensões de intervenção socioambiental do nosso trabalho que se traduzem:

- a) na intervenção em redes e articulações quando buscamos nos fortalecer com outras organizações que também lutam por objetivos semelhantes;
- b) na articulação de políticas públicas locais que melhorem a condição de vida das famílias agricultoras;
- c) no desenvolvimento de metodologias a partir de um exercício de paciência que se traduza em ações concretas de envolvimento de organizações da sociedade civil, das famílias agricultoras e do poder público local;
- d) na construção, aplicação e divulgação de conhecimento agroecológico, suporte indispensável para a evolução dos sistemas produtivos;
- e) no desenvolvimento de tecnologias e propostas de convivência com o semi-árido que se traduz na aplicação e gestão dos conhecimentos gerados de forma participativa.

Essas cinco dimensões articulam ações importantes nos planos macro e micro e permitem à Diaconia participar de redes e articulações de âmbito regional e nacional, com estratégias e políticas para a agricultura familiar. Ao mesmo tempo a Diaconia faz um valioso trabalho de base em que é possível desenvolver e testar propostas de convivência

com o Semi-Árido aproveitando do potencial de experimentação dos agricultores familiares. O exercício constante de refletir participativamente sobre a convivência com o Semi-Árido tem-nos permitido desenvolver uma série de propostas importantes e de contribuir com a aplicação de metodologias de trabalho que melhoram a vida de milhares de famílias agricultoras. Foi para apoiar esse processo que desenvolvemos: o Programa Municipal de Convivência com o Semi-Árido (PMCSA) com o fim de organizar uma ação que reúna atores sociais de todo o município para pressionar de forma organizada e fundamentada o poder público municipal para atender as reivindicações populares de utilização do orçamento municipal; e a pesquisa de água de poços amazônicas com o objetivo de desenvolver estratégias e métodos de intervenção que privilegiem a produção agroecológica, apoiada pela concessão de fundos solidários suficientes para financiar algumas atividades e viabilizar o trabalho.

Mais recentemente o Programa de Assistência à Agricultura Familiar (PAAF) tem interagido com programas da sociedade civil e do governo para potencializar suas ações. Assim, nossa atuação no Programa Um



Ivan Júnior

Há também os exemplos de grupos de mulheres que viram na organização do trabalho a oportunidade de gerar renda e de dar visibilidade ao seu trabalho mudando a postura dos homens da comunidade e, em alguns casos a postura das próprias mulheres

Milhão de Cisternas e nossa participação no Projeto Dom Helder Câmara, em duas regiões do Semi-Árido passam a integrar a ação do PAAF, que dá uma grande contribuição metodológica para essas iniciativas concretas de desenvolvimento. Algumas das propostas de convivência desenvolvidas ou adaptadas pela Diaconia estão listadas a seguir:

- *Cisternas de placas.* Trabalhamos com três modelos (cisternas de bica com captação de telhado, cisternas calçadão e cisternas fora do chão) para diferentes tipos de solos e condição social da família.
- *Barragens subterrâneas e sucessivas.* A vantagem dessas barragens é acumular água no subsolo e superfície sem inundar as terras mais férteis, permitindo que as famílias melhorem suas condições de plantio e criação de animais pelo aumento da biomassa produzida na propriedade.
- *Cultivos de produtos agroecológicos* para a alimentação da própria família e para geração de renda por meio da venda na feira, na comunidade ou em outros espaços. Esse trabalho tem sido apoiado pela pesquisa de produção com água de poços que produz conhecimento a partir de reflexões coletivas entre os agricultores experimentadores.


- *Criação de pequenos animais.* Neste caso os animais estão integrados ao sistema de produção como um todo. Utilizam forragem do agroecossistema e são tratados com mão-de-obra familiar.

- *Utilização de energia solar.* Em convênio com o Naper Solar, atendendo famílias que não têm acesso à rede convencional de energia elétrica.

- *Plantio de algodão orgânico.* Numa tentativa de recuperar a cultura do algodão como fonte de renda para as famílias, iniciamos um trabalho de gestão de uma matriz de produção orgânica de culturas dependentes de chuva, como as plantas tradicionais de roçado, as forragens, além do próprio algodão.

Esse conjunto de propostas tecnológicas, aplicadas dentro de uma metodologia de construção de conhecimento, tem mudado a vida de várias famílias nas regiões que trabalhamos. Há exemplo de famílias grandes, com dezessete pessoas, que se envergonhavam de vender os poucos produtos que sobravam do consumo; famílias bem pobres cuja renda principal era a venda de mão-de-obra; famílias cujos homens precisavam migrar para ganhar dinheiro fora da região; famílias com pouca capacidade de se manterem na terra. Há também os exemplos de grupos de mulheres que viram na organização do trabalho a oportunidade de gerar renda e de dar visibilidade ao seu trabalho mudando a postura dos homens da comunidade e, em alguns casos a postura das próprias mulheres.

Atualmente o quadro é animador. Trabalhamos, no âmbito do PAAF, com cerca de cinquenta famílias que produzem e vendem nas feiras agroecológicas; o número de

pessoas beneficiadas pelas cisternas é estimado em 5.650; Outras 420 famílias de assentamentos da reforma agrária recebem assistência técnica para a produção agrícola e pecuária; e no trabalho nos fóruns de políticas públicas de quatro municípios estimamos em 9.460 o número de pessoas beneficiadas. Entretanto, o ânimo a que nos referimos acima é aumentado “n” vezes a partir do momento em que constatamos não estar sozinhos nesse exercício de desenvolvimento humano e sustentável tendo a agricultura familiar como foco. Muitas outras organizações também atuam junto com a Diaconia fortalecendo o trabalho em geral e contribuem para melhorar a vida de mais famílias agricultoras no Semi-Árido brasileiro. 

Marcelino Lima, coordenador do programa Apoio à Agricultura Familiar de Diaconia – Recife – e-mail: marcelino@diaconia.org.br

NOTAS

- 1 Castro, J. de (1908-1973) *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, (Cap. III: área do sertão do nordeste) Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.
- 2 “Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo: causas e consequências”. Palestra proferida por Marcel Mazoyer, Agrônomo, Professor e Pesquisador do INRA e da Universidade de Paris-Grignon. Brasília julho de 2003. Colóquio organizado pelo NEAD/MDA-CDS/UNB.
- 3 Weid, J.M. Von der (2004) “Agroecologia: condição para a segurança alimentar”. In: *Agriculturas: experiências em agroecologia – Segurança Alimentar: a agricultura familiar aponta o caminho*. LEISA BRASIL. Set. 2004. Vol. 1, nº. 0.
- 4 Andrade, M.C de, (2001) “Nordeste semi-árido: limitações e potencialidades”. In: *Viabilização do semi-árido nordestino – Série: Publicações científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP)*, n.6.
- 5 Silva, F.B.R. (2001) “Ecossistemas do trópico semi-árido brasileiro e sua espacialização – um subsídio para o desenvolvimento sustentável”. In: *Viabilização do semi-árido nordestino – Série: Publicações científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP)*, n.6.

A transposição do Rio São Francisco

João Abner Guimarães Jr. e Rogério P. da Cruz

Não foi necessário vender todas as jóias da Coroa – como esperava dom Pedro – para resolver os problemas da seca nordestina. Ao invés, muito mais lucraram os *lobbies* que se locupletaram apropriando-se das iniciativas governamentais. Hodiernamente a nefasta indústria das secas se vem realimentando; e a transposição das águas do São Francisco – projeto politicamente inconsequente, economicamente inviável e socialmente injusto – tenta reproduzir-lhe a lógica

A problemática das secas, na Região Nordeste do Brasil, tem sido um tema recorrente desde a fase imperial, apesar dos grandes investimentos aplicados em obras hídricas na Região. Nos últimos cem anos, o Governo Federal desenvolveu um dos maiores programas de açudagem do mundo que resultou em 36 bilhões de m³ de capacidade de armazenamento em mais de trezentos grandes açudes públicos, presentes em todos os estados da Região.

Apesar disso, o sonho do último imperador brasileiro dom Pedro II de garantir o abastecimento de água para todos os nordestinos – mesmo que para isso fosse necessário vender todas as jóias da Coroa –, de certa forma não se concretizou, tendo em vista a ação de *lobbies* que se apropriaram das iniciativas governamentais, deturpando os objetivos originais dos projetos. Que, em geral, são isolados, inconclusos e concentradores de renda.

Dessa forma, a grande maioria da população do Semi-Árido permanece ainda excluída do acesso à água tanto para abastecimento, quanto para a produção de alimentos em condições sustentáveis, re-alimentando assim a nefasta indústria das secas.

O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, defendido pelo governo federal, reproduz essa lógica, e dessa forma, pode ser classificado como politicamente in-

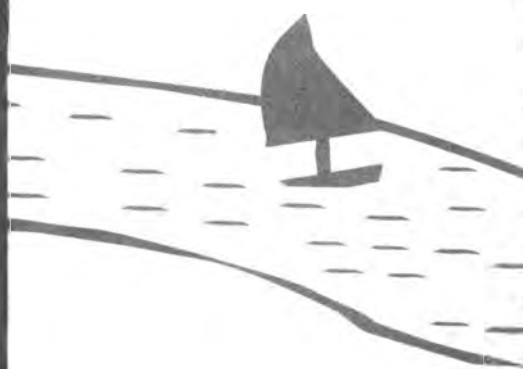
consequente, economicamente inviável e socialmente injusto.

CONFLITOS DA TRANSPOSIÇÃO

O projeto é uma fonte permanente de conflito na Federação Brasileira, envolve praticamente todos os estados do Nordeste. Os treze milhões de habitantes da bacia do Rio São Francisco, nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, dispõem de apenas 360 m³ por segundo para atender seus usos consumptivos – humano, animal, industrial e agrícola. Atualmente, na prática toda essa vazão disponível na bacia encontra-se comprometida, restando apenas 25 m³ alocáveis, exatamente o valor solicitado pelo governo federal para o projeto de transposição.

Desse modo, o projeto de transposição pretende alocar 100% da vazão que atualmente ainda se encontra efetivamente disponível na calha do rio São Francisco.

Vale salientar que a infra-estrutura do projeto atual é a mesma proposta pelo governo anterior, baseada numa vazão de 127 m³/s. Conforme os estudos atuais, o sistema de transposição só deveria operar a plena carga nos momentos em que a barragem de Sobradinho se encontrasse praticamente cheia, fato raro de acontecer, dado que a frequência de tal evento é superior a 7 (sete) anos. Além disso, existe uma agravante, qual seja,



a grande probabilidade de que, na maioria desses anos raros, os grandes reservatórios do sistema receptor – que deveriam receber o excedente de água do Rio São Francisco – deverão também se encontrar cheios.

Por outro lado, a análise dos planos de recursos hídricos da Região Nordeste Setentrional revela um quadro relativamente favorável nos estados receptores do projeto, principalmente, quando se compara com a realidade hídrica atual da bacia do Rio São Francisco. Identifica-se uma disponibilidade *per capita* semelhante à dos moradores da mesma bacia, porém com um nível de comprometimento bastante inferior.

Para exemplificar, em primeiro lugar, o estado do Ceará com uma população de 7,5 milhões de habitantes apresenta uma oferta potencial de 215 m³/s para atender a um consumo atual de cerca de 54 m³/s. Em segundo lugar, o estado do Rio Grande do Norte com uma população 2,7 milhões de habitantes dispõe de uma vazão garantida de 70 m³/s para atender a uma demanda de 33 m³/s. Até mesmo o estado da Paraíba, que é o menos dotado de recursos hídricos da região, apresenta-se com um superávit significativo, pois sua disponibilidade é de 32 m³/s para uma demanda de 21 m³/s.

Com base nesses dados, pode-se afirmar com segurança que, ao contrário do que propaga o discurso oficial, não existe déficit hídrico global no Nordeste Setentrional, que justifique um projeto da magnitude do que está sendo proposto para o caso do Rio São Francisco.

O projeto de transposição sustenta-se num consumo hipotético de irrigação. Quer dizer, 70% (setenta por cento) das demandas projetadas em 2025 baseiam-se em projetos que, na

maioria dos casos, não constam nos planos de recursos hídricos dos estados beneficiários. Estão previstos 140.000 hectares de novos projetos de irrigação, sem a devida sustentabilidade hídrica.

Os consumos prioritários – humano, animal e industrial – tanto de origem rural quanto urbana, foram avaliados nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA), para 2025, em 43,8 m³/s. Esse valor, tal como exposto anteriormente, pode ser perfeitamente atendido pelas fontes locais já existentes, necessitando para isso, apenas, de uma infra-estrutura adequada de adutoras. Essa solução vem sendo desenvolvida pelos governos do Rio Grande do Norte e do Ceará com bons resultados.

O governo do Rio Grande do Norte investiu nos últimos anos um total de 250 milhões, com recursos oriundos da privatização da companhia de

energia elétrica do estado, em mais de 1.000 km de adutoras que abastecem 50% de sua população. Elas levam as águas do litoral e da barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Piranhas-Açu – segunda maior da região, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de m³ –, para a região semi-árida.

O Rio São Francisco, nos últimos cinquenta anos, vem desempenhando um papel vital para o desenvolvimento da Região Nordeste, suprimindo praticamente todo o consumo elétrico da sua população. Atualmente, 80% da vazão garantida no rio, cerca de 1.500 m³/s, é reservada para a produção de energia elétrica pelo sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Portanto, uma redução significativa de vazão além de impactar a foz do Rio São Francisco deverá alterar a matriz energética da região,



Pode-se afirmar com segurança que, ao contrário do que propaga o discurso oficial, não existe déficit hídrico global no Nordeste Setentrional, que justifique um projeto da magnitude do que está sendo proposto para o caso do Rio São Francisco

implicando no aumento de custo da energia do sistema nacional. Então, além dos conflitos regionais derivados do uso da água do Rio São Francisco, ter-se-á um conflito nacional decorrente do aumento das tarifas de energia elétrica.

PRESENTE DE GREGO

Hoje, no Nordeste, não se cobra pela água bruta. A realidade atual é que os custos da água para os usuários dizem respeito apenas ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola.

Com a transposição, ao contrário, vai-se pagar muito caro pelo uso da água transposta. O custo da água será, no mínimo, cinco a seis vezes maior do que os valores atualmente praticados na região. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado, atual e futuro, extremamente competitivo. Nesse sentido, é um projeto economicamente inviável, um verdadeiro presente de grego para a população dos estados receptores.

Para viabilizá-lo, os estudos econômicos do EIA sugerem a prática de um subsídio cruzado, politicamente insustentável. Está previsto que 85% da receita do projeto deverá ser gerado pelos consumidores de água situados no meio urbano das grandes ci-

dades da Região Nordeste Setentrional, que, na atualidade, já subsidiam o abastecimento hídrico do interior.

O modelo de gestão do sistema proposto prevê que a operação seja executada por uma concessionária que entregará água para os estados. Os governos, por seu turno, pagarão por essa água mesmo que, em determinados momentos, não seja necessário aumentar a oferta local desse insumo com vistas a atender prováveis necessidades. Logo, com a presença da transposição, haverá a certeza de uma elevação de custos, sem que haja necessariamente um benefício. Um verdadeiro presente de grego ainda, na medida em que a transposição representa um instrumento voltado para privatizar a água da região. Ou ainda, endossar a apropriação privada da extraordinária estrutura hídrica pública que foi construída nos últimos cem anos às custas de muitas "jóias da Coroa brasileira"...

"CHOVER NO MOLHADO"

O projeto de transposição é socialmente injusto. Em primeiro lugar, porque "chove no molhado". Apenas alguns dos maiores reservatórios da

região deveriam receber as águas da transposição, como é o caso das barragens de Castanhão no estado do Ceará (4,2 bilhões de m³ de capacidade de armazenamento); Eng. Armando Ribeiro Gonçalves (2,4 bilhões de m³) e Santa Cruz (600 milhões de m³) no Rio Grande do Norte; e, Boqueirão (420 milhões de m³) e Eng. Ávidos (260 milhões de m³) no estado da Paraíba. Dessa forma, a problemática das secas na região mudaria muito pouco com a implantação do projeto, tendo em vista que a água do Rio São Francisco passaria muito distante dos locais mais secos, onde o quadro é mais grave. Portanto, apesar do enorme volume de recursos envolvidos na transposição, mesmo assim, continuariam as demandas por medidas emergenciais de cunho governamental, de combate aos efeitos das secas.

E, em segundo lugar, porque propõe transferir recursos naturais do Vale do São Francisco, que apresenta um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), para regiões litorâneas, onde esses índices são mais elevados. Isso agrava a má distribuição de renda, intra-regional, já existente.

Frederico Ozanan Pinto Gomes da Silva



Um verdadeiro presente de grego ainda, na medida em que a transposição representa um instrumento voltado para privatizar a água da região. Ou ainda, endossar a apropriação privada da extraordinária estrutura hídrica pública que foi construída nos últimos cem anos às custas de muitas "jóias da Coroa brasileira"

ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO PARA AS SECAS

O Semi-Árido nordestino é uma grande região com diversidade de aspectos ambientais e geoeconômicos que diferenciam bastante as soluções para a problemática das secas. Entretanto, uma política pública regional na área de recursos hídricos deve promover o desenvolvimento auto-sustentável, induzir a gestão efetiva dos recursos hídricos e democratizar o acesso à água para toda a população.

A questão do abastecimento humano, bastante precário na região nos períodos secos, em que grande parte da população é atendida por carros pipa, constitui-se na principal prioridade de investimentos públicos, tendo como base a redução do risco de falha do sistema de abastecimento.

A construção de adutoras, a partir das grandes barragens da região, tem se mostrado como a solução mais viável para o abastecimento das cidades e comunidades rurais nos anos secos. O abastecimento rural nos anos de chuvas normais deve, preferencialmente, sustentar-se nas soluções locais de baixo custo – açudes, poços, cisternas. Daí a necessidade de soluções regionais integradas de abastecimento rural e urbano, como

VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

O Vale do Rio São Francisco é uma bacia hidrográfica que tem área correspondente a cerca de 8% do território brasileiro. Bacia hidrográfica é um local de captação da chuva, onde as águas se acumulam e correm na direção de rios principais, como o São Francisco, e afluentes, como o Pajeú. Essas águas percorrem caminhos até desembocarem no mar, pela foz do rio. A constituição desse tipo de região geográfica depende dos divisores de água, qualquer tipo de elevação de relevo que define as diferentes direções que as águas das chuvas e das nascentes dos rios seguem.

A bacia hidrográfica do rio São Francisco foi dividida em quatro regiões fisiográficas. Essas regiões são denominadas dessa forma, pois possuem aspectos culturais e físicos semelhantes. No caso do Rio São Francisco os desníveis de relevo, desde a cabeceira até a foz, definiram as quatro regiões:

O Alto São Francisco que começa na cabeceira do rio até a cidade de Pirapora (MG). A partir daí acaba a área plana do rio e se inicia o trecho com diversas cachoeiras, que se denomina Médio e Submédio São

Francisco. Estas regiões acabam na cachoeira de Paulo Afonso (BA). O último trecho, baixo São Francisco, termina quando as águas do rio desembocam no mar na fronteira dos estados de Alagoas e Sergipe.



Fonte: *O Rio de São Francisco/Codevasf* (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba)

foi o caso da experiência da irrigação pública. O custo de distribuição da água e as questões de mercado fizeram com que muitas experiências não tivessem sucesso, como o Jafba, no norte de Minas Gerais, com cem mil hectares. Além disso, em praticamente todos os estados da região existem projetos públicos de irrigação inviabilizados.

Então, por que defender um projeto de grande magnitude, que vai encarecer um insumo que, hoje, produz um diferencial de custos? O mercado globalizado tem acirrado a concorrência entre produtores agrícolas. A concorrência se faz mediante tec-

nologia, diferenciação de produtos e, sobretudo, com a redução de custos. Daí, o projeto de transposição ao encarecer substancialmente o uso da água vai se situar na contra-mão da tendência atual, que vem sendo esboçada pelo mercado mundial de produtos agroindustriais. E, nesse sentido, deverá excluir e/ou restringir a participação da economia nordestina no contexto internacional. ☞

João Abner Guimarães Jr., professor e doutor em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Rio Norte – Membro do Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco.

Rogério Pires da Cruz, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Norte – Mestre em Economia pela Unicamp.

Direito humano à água:

raízes da insegurança

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Discutir o tema de segurança hídrica como um direito humano fundamental é a intenção do Autor que considera haver no País uma violação disfarçada eufemisticamente de hidronegócio e agressão às águas. Em Manaus um milhão e meio de pessoas vive sem água potável. No Centro-Oeste com a omissão governamental se fazem despejos de agrotóxicos nas plantações. No Sudeste há escassez de águas nos grandes centros urbanos. No Sul os problemas atingem as principais indústrias. E no Nordeste... Ora, a ausência desse direito é uma violação da dignidade humana e da Terra, humilhação sobre pessoas e meio ambiente

Há muito se propala o discurso da diminuição dos suprimentos de água doce para o consumo humano. De fato, a cada 22 de março é verificado um conjunto de situações que afligem a vida dependente d'água no Planeta. Como disse Kofi Anan, Secretário-Geral das Nações Unidas, em março deste 2005: *A água é indispensável à vida. Contudo, milhões de pessoas em todo o mundo sofrem a escassez d'água. Milhões de crianças morrem todos os anos devido a doenças do vetor hídrico. E a seca afeta regularmente alguns dos países mais pobres do planeta.*

Uma das metas do Milênio, estabelecida pelas Nações Unidas, é, até o ano de 2015 favorecer o acesso a esse bem comum, e a seu tratamento, pela maioria da Humanidade. Esse é um dos motivos pelos quais se decretou entre 2005-2015 a Década Internacional de Ação com o tema *Água, fonte de vida*. Vale lembrar que, entre 1981-1991, foi a década da água e higiene decretada pela mesma ONU. Trata-se segundo a ONU, de um problema de gestão: gerir melhor os recursos hídricos. Para milhões de seres humanos o que se dá é uma clara violação de um direito humano fundamental, a saber, o do acesso aos meios adequados para a sobrevivência. Para o Planeta é a violação de um direito ambiental fundamental: a garantia de ecossistemas sustentáveis.

Discutir o tema da segurança hídrica como um direito humano fundamental é o propósito deste texto e em cinco passos: (a) a realidade no mundo e no Brasil; (b) hidronegócio

é parte da violação desse direito; (c) sistema nacional de recursos hídricos; (d) segurança ameaçada no Brasil; (e) direito humano à água.

CONDIÇÃO DA ÁGUA NO MUNDO

Dois terços do planeta Terra são banhados por água. Apenas uma pequena parte dessa imensidão azul é potável. De toda a água potável o uso no mundo e no Brasil é o mesmo: 70% da água servem à agricultura intensiva e agroindústria; 20%, às indústrias de transformação. Apenas 10% servem para o abastecimento humano. Atualmente há 1,1 bilhão de pessoas no mundo sem acesso à água potável; 2,4 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico. A maioria dessas pessoas vive na África e na Ásia.

Um terço da população mundial vive uma situação de risco (estresse) em relação ao acesso à água. Este risco ocorre quando o consumo humano d'água ultrapassa em pelo menos 10% das fontes renováveis. Caso se mantenham os atuais padrões de consumo nos próximos 25 anos este número de pessoas em situação de risco hídrico duplicará. A água não é um mero recurso. Todas as relações culturais, simbólicas e materiais que a humanidade vive com a água, seu papel em todo o ecossistema, fazem da água um bem mais fundamental.

A água não é um recurso renovável, nem uma mercadoria, ou *commodity*, ela é um bem essencial para a paz no mundo, para a estabilidade e a justiça nas relações entre os povos, é um "patrimônio da humanidade". Na América Latina estão

hídrica

quatro das principais reservas para o futuro da Humanidade: Bacia Amazônica; Bacia do Prata; Aquífero Guarani e Águas Costeiras. Centenas de conflitos estão em curso pelo uso da água em países da região, tais como Bolívia, Peru, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Daí a necessidade de uma reflexão sobre a água como um direito humano fundamental, base para a estabilidade de uma convivência humana pacífica: água para a segurança humana.

No Brasil, conforme levantamento do Ministério da Saúde, existem mais de quinze mil áreas contaminadas com sérios riscos de exposição humana. Como no mundo, a exploração da agroindústria e das indústrias de transformação responde por 90% do consumo das águas. Agrotóxicos e resíduos industriais são atirados em profusão em mananciais, acumulando-se nos cursos d'água com efeitos nocivos. Tais dados foram divulgados por meio do relatório "O Estado Real das Águas do Brasil 2003/2004", elaborado pela Defensoria das Águas, instituição que conta com representantes do Ministério Público, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cáritas e Conferência Nacional dos Bispos.

HIDRONEGÓCIO: UMA AMEAÇA

Como diz Malvezzi, o *hidronegócio* é a mercantilização e privatização da água. Atualmente 5% dos negócios da água estão em mãos da iniciativa privada. O crescimento dessas companhias multinacionais no mundo tem sido enorme. Atendiam em 1990 ao redor



de 51 milhões de pessoas, atualmente esse número é de 300 milhões. Entre 1990 e 2002, as seis maiores empresas comercializadoras de água, conforme o International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ) passaram a atuar em 56 países e 2 territórios no mundo (no início dos anos de 1990 não eram mais que 12 países).

Segundo o ICIJ o crescimento do lucro e da presença mundial dessas empresas apenas é possível pelos vínculos que elas possuem com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Nas recomendações do Banco Mundial para países como Argentina, Indonésia, África do Sul e Filipinas incluía-se uma cláusula para a comercialização de seus recursos. Na África do Sul, companhias multinacionais de águas, como a Suez, com a assessoria do Banco Mundial, persuadiram os Conselhos Municipais a comercializarem os serviços de abastecimento d'água e saneamento. No mundo o negócio de águas almejado por essas companhias (os barões da água) gira ao redor de uma cifra que pode variar entre quatrocentos

e três bilhões de dólares. Isto depende do foco do negócio.

Conforme o professor Ricardo Petrella as companhias da água lidam com o *medo coletivo*. Há um temor, muito concreto, referente ao acesso que as pessoas têm à água potável. Para essas companhias o temor é objeto de lucro. A água é vista como uma mercadoria muito interessante pela crise de escassez que se aproxima – menos água, mais lucro. A escassez é a base do capitalismo moderno. Isso tem levado bancos a criarem fundos para o negócio das águas, como o *Global Water Fund* do Pictet Bank, da Suíça.

Exemplo de um *grande negócio* é o caso da Bechtel e da Unite Utilities na compra da companhia boliviana Águas de Tunari. O líder sindical boliviano, Oscar Oliveira, na ocasião, disse: "eles querem privatizar a chuva". No ano de 1999 a estadunidense Bechtel adquiriu o serviço de abastecimento de água potável de Cochabamba. A compra de Águas de Tunari por Bechtel foi assessorada pelo Banco Mundial. Naquele mesmo ano os serviços foram aumentados em mais

A água é vista como uma mercadoria muito interessante pela crise de escassez que se aproxima – menos água, mais lucro. A escassez é a base do capitalismo moderno. Isso tem levado bancos a criarem fundos para o negócio das águas, como o *Global Water Fund* do Pictet Bank, da Suíça

de 50%. A população reagiu fortemente, isso foi conhecido como a “guerra da água”. Derrotada, Bechtel levou o caso a um comitê de arbitragem do Banco Mundial, exigindo 25 milhões de dólares do governo boliviano pelos seus *supostos prejuízos futuros*. Além da doutrina da guerra preventiva, como política de Estado, temos também a doutrina da “indenização preventiva” como política comercial das transnacionais da água.

A perspectiva da Comissão Mundial das Águas está em acordo com essa direção oferecida pelo Banco Mundial, Fundo Monetário e pelos Barões da Água. Para ela, em sua primeira edição, entre os dias 17 e 23 de março de 2000, indicou-se como necessária a privatização da água. Para a Comissão Mundial das Águas o único meio de tornar acessível a água potável a todos os seres humanos no planeta Terra seria o corte dos subsídios governamentais ao consumo de água. Cada ser humano deveria pagar o preço justo pela água consumida. Essa concepção mercantilizada da água, a água como mercadoria escassa, é o que está à base das propostas do hidronegócio.

Esse posicionamento gerou um movimento que criou o Fórum Alternativo Mundial das Águas. Em sua segunda edição, entre os dias 17 e 20

de março de 2005, debateu o tema na Suíça. Para esses outros, a água é um recurso fundamental para a vida de seres humanos, da fauna e da flora que estão sob a ameaça dos efeitos antrópicos provocados pela agricultura intensiva e pelo agronegócio, bem como pela indústria de transformação. Isso tornaria necessária a criação de regras mundiais para o manejo das águas. Por isso se exige: o acesso a água suficiente para a garantia de qualidade de vida para os seres humanos (40 litros diários d'água para uso doméstico); a concepção da água como um bem comum de todo o ecossistema; subsídios públicos para que todos tenham acesso à água potável; a participação cidadã na gestão das águas.

O SISTEMA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

A agenda social que brotou na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92), conhecida como Agenda 21, coloca no centro a construção de estratégias para a erradicação da miséria e da pobreza. Na Rio+10, em Joanesburgo estas estratégias foram conectadas estreitamente com o tema da água. A agenda da água no Brasil resultou num marco legal para a regulamentação em torno dos recursos hídricos. Em 1997 foram estabelecidas diretrizes para a Política Nacional de Recursos Hídricos por meio da Lei 9.433/97. Muito embora a lei indique a conexão entre a gestão de recursos hídricos e a gestão ambiental, apenas após a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2003, é que se dá com mais intensidade a cooperação em atividades do Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Na Constituição Federal (art 20, III, VIII; art 22, IV; art 26, I) a água é

definida como bem público e de valor econômico. A lei anteriormente citada acrescenta a estas definições do caráter de recurso natural, o uso prioritário para consumo humano e dessedentação de animais (Lei 9.433/97, art 1º, I-III). Como princípio da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) instituiu-se a gestão descentralizada a partir da bacia hidrográfica. Criou-se o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh) que inclui o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Porém, as entidades fundamentais do Singreh são os Comitês de Bacia. Eles seriam uma instância de gestão compartilhada dos recursos hídricos.

A coordenação integrada das águas e o arbítrio administrativo de conflitos relacionados com os recursos hídricos são atribuições do Singreh e dos Comitês de Bacia. No ano de 2000 criou-se a Agência Nacional de Águas (ANA) que é uma autarquia responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela outorga do direito de uso dos recursos hídricos nos termos da lei. Trata-se de uma agência cujo mandato refere-se à implementação da política de recursos hídricos e não à regulação dos serviços – como as outras agências. Ao lado da ANA, e por fora do Singreh, está a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regula a gestão dos recursos energéticos, inclusive os recursos hidroelétricos. Os Comitês de Bacia são responsáveis pela discussão e implementação de políticas compartilhadas de gestão dos recursos hídricos, elas envolvem as discussões sobre os múltiplos usos das águas (geração de energia, atendimento às necessidades industriais e agroindustriais e abastecimento humano – além de gestão de solo, gestão de fauna e flora, etc).

Há uma estrutura político-administrativa de gestão dos recursos hídricos. Ela dissocia, entretanto, os usos das águas em duas agências – ANA e Aneel –, e além disso trata por meio da ANA da implementação do PNRH e não da regulação dos usos. Na disposição do PNRH os Comitês de Bacia são denominados de “parlamento das águas”. No entanto, a fragilidade dos Comitês fica patente quer pelas disputas políticas dos diferentes representantes – para a sociedade civil são representantes tanto as empresas das águas quanto os segmentos populacionais afetados –, quer pela dificuldade em ultrapassar intransigências governamentais, como no caso do projeto de Transposição da Bacia do São Francisco.

Atingidos por barragem, populações ribeirinhas, pequenos agricultores irrigantes e populações servidas pelas bacias têm assento igual

aos das empresas das águas – quer sejam de geração de energia, de abastecimento ou de saneamento. Na medida em que um comitê se posiciona contrariamente a uma opinião e a um projeto político governamental, e isto é ultrapassado por meio de artifícios jurídicos e processuais, fica a questão, levantada pelo professor Leme Machado em relação ao tema da Transposição da Bacia do São Francisco: qual é o papel dos Comitês de Bacia? Só o de referendar decisões governamentais?

A questão da gestão compartilhada, portanto, é a fragilidade do processo. Fragilidade a um tempo política e pedagógica. Política, porque as relações de poder no interior dos Comitês de Bacia e nos processos do Singreh são assimétricas e desbalanceadas. O peso efetivo da sociedade civil *dos usuários* é muito inferior ao dos gestores públicos e privados. Pe-

Para a Comissão Mundial das Águas o único meio de tornar acessível a água potável a todos os seres humanos no planeta Terra seria o corte dos subsídios governamentais ao consumo de água. Cada ser humano deveria pagar o preço justo pela água consumida. Essa concepção mercantilizada da água, a água como mercadoria escassa, é o que está à base das propostas do hidronegócio

dagógica, porque ainda é uma experiência muito recente a da gestão compartilhada, e nenhum dos atores internalizou devidamente a gestão compartilhada e descentralizada dos recursos hídricos. Há uma necessidade de cuidar e proteger esse bem comum, esse direito fundamental que é a água e o acesso a uma água potável de qualidade. Isto não pode estar dissociado de um cuidado extremo com a proteção do meio ambiente.

OS BARÕES DA ÁGUA

O grande crescimento de três companhias privadas de água nos últimos 10 anos mostra que esse recurso fundamental está ameaçado por monopólios capitalistas. Na Europa e na América do Norte, os analistas prevêem que dentro de 15 anos essas companhias controlarão cerca de 75% das reservas de águas. As empresas têm feito uma campanha, apoiada pelo Banco mundial, para que cada vez mais cidades privatizem a água.

Veja abaixo as grandes companhias que estão dominando o novo mercado de água:



Bechtel Group, Inc.:
6 subsidiárias



Sauers Group:
Faz parte do Bouygues Group, tem 20 subsidiárias e esta presente em 15 países



American Water Works Co. Inc. & Thames Water Plc:
Tem presença em dois países, além de sete subsidiárias.



Onde United Water Resources:
68 subsidiárias e atua em mais de um país



United Utilities:
24 subsidiárias



USFilter Vivendi Environnement:
69 subsidiárias

Fonte: The center for public Integrity (<http://www.publicintegrity.org/ici/>)

AMEAÇAS À SEGURANÇA HÍDRICA BRASILEIRA

No relatório *O Estado Real das Águas no Brasil 2003/2004* da Defensoria das Águas, foram analisadas 35 mil denúncias de agressão ao meio ambiente e ações públicas transitadas em julgado. Nelas se verificou que as indústrias são responsáveis pela poluição de mananciais devido ao despejo de materiais tóxicos. O problema é agravado por inexistir controle ambiental para a geração, tratamento e destinação de resíduos sólidos gerados no processo produtivo. Entre os casos mais graves está o do Grupo Montovani. Neste caso as empresas Petrobrás, Monsanto,

Em todas as regiões do País encontram-se problemas de agressão às águas. No Norte o destaque é a cidade de Manaus, onde 1,5 milhão de habitantes não têm acesso a água potável mesmo na condição de vizinhos do maior rio do mundo

Philips, Mangels, Refinaria Mangueiras, Du Pont, Johnson's, Alcan, Basf, Ericson, Bosch, Texaco, Filtros Mann, Texas Instruments, dentre outras, foram denunciadas pelo depósito criminoso de mais de 500 mil toneladas de lixo industrial durante 31 anos. Esse depósito contaminou área agrícola em Santo Antônio da Posse, no município de Campinas, São Paulo, e ainda está impune.

Em todas as regiões do País encontram-se problemas de agressão às águas. No Norte o destaque é a cidade de Manaus, onde 1,5 milhão de habitantes não têm acesso a água potável mesmo na condição de vizinhos do maior rio do mundo. No Centro-Oeste o principal problema é a omissão governamental para o controle do despejo de agrotóxicos nas grandes plantações. No Sudeste, além do caso Montovani, preocupa a escassez d'água nos centros urbanos de Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Além disso, há o descaso do governo Alckmin com a renovação da outorga das águas do Sistema Cantareira. No Sul há problemas com a suinocultura no Oeste catarinense, com o controle das indústrias do Pólo Auracária, no Paraná, e com o uso dos venenos químicos (agrotóxicos) nos três estados. No Nordeste é emblemática a situação referente à Transposição.

Um caso que merece atenção é o elevado interesse privado multina-

cional nas águas da América do Sul e do Brasil. A situação do Aquífero Guaraní merece atenção especial. Esse Aquífero, presente no subsolo do Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, é a maior reserva de água pura do mundo, segundo Leonardo Morelli. Em 1999 uma visita de missão do Banco Mundial visava confirmar informações do governo estadunidense sobre o potencial de águas desse aquífero. Em 2000, o Banco Mundial fez uma primeira reunião em Foz do Iguaçu para preparar uma mega iniciativa.

O Banco Mundial previa liberar, segundo Morelli, 25 milhões de dólares apenas para pesquisa e levantamento das informações estratégicas sobre os recursos hídricos da região. Essa era uma iniciativa apoiada pelo então Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho. No mesmo período a Nestlé e a Coca-Cola iniciaram um processo de aquisição de fontes d'água localizadas nas áreas de recarga e afloramento do Aquífero, em especial em São Lourenço (MG) e no Chaco paraguaio. Além dos projetos que visam lucro das multinacionais, o fato dessas regiões estarem sujeitas a poluições agroindustriais e industriais tornam duvidosa a pureza dessas águas. Regiões sucro-alcooleiras do interior de São Paulo estão muito próximas e põem em risco essas águas. Desde 2003 a sociedade civil se articula para combater esse processo, um resultado mais concreto dessa luta é o surgimento da Defensoria da Água.

A transposição do Rio São Francisco virou um mito de ser a solução para a insegurança hídrica das populações nordestinas. É interessante notar que este era um projeto do presidente Lula ainda quando estava no Instituto da Cidadania. A ANA produziu um estudo que alterava a visão

sobre a vazão do rio oferecida até maio de 2003. Ela habilitaria a transposição de uma vazante de 127 m³/segundo. Porém, a avaliação do Comitê de Bacia do São Francisco é que restariam apenas 25 m³/segundo para outorga. Além dessa questão há problemas técnicos referentes à energia para a elevação da água e questões não avaliadas de impacto ambiental. Tudo isso levou o Comitê daquela Bacia, após cinco audiências, a opor-se a esse projeto. Além disso, o Comitê avalia que a transferência é desnecessária para atender às necessidades de abastecimento e dessedentação animal. Avalia-se que a transposição mais que atender a essas necessidades destinar-se-ia ao atendimento da agroindústria irrigada na região.

ÁGUA: UM DIREITO HUMANO

Não é simples a afirmação de ser a água um direito humano fundamental. Na verdade, como mostra Franz Hinkelammaert, há uma *mercantilização* dos direitos humanos. No caso da água isso é ainda mais verdadeiro na medida em que observamos que o discurso do Banco Mundial e das multinacionais das águas faz referência a esse direito fundamental. O direito é o de acesso a uma mercadoria que tende a escassear, e por isso é muito lucrativa. Como consequência a água é um direito humano que deve ser pago por todo usuário. Como é? Pagar por um direito? Não é da natureza dos direitos o livre acesso ao seu gozo?

Aqui se apresenta um tema que necessita ser aprofundado. Não o será neste espaço. Apenas indicaremos algumas das questões em que precisamos atentar a fim de que o assunto da segurança/insegurança hídrica seja um reforço para o da segurança planetária e humana. Partamos do princípio de que a ausência

CARTILHA DA ÁGUA

10 dicas para uma vida mais saudável

1. O bom uso da água.
De toda a água doce existente na Terra, quase tudo vai para a agricultura e as indústrias. Para os seres humanos sobra pouco. Sabendo usar a água, sem desperdício, você já está ajudando.
2. Não permita que joguem lixo perto ou dentro da água.
Água contaminada, usada pelas pessoas, traz doenças e prejudica todo mundo. Faça a sua parte: não permita que joguem o lixo perto de qualquer água, rio, poço, lagoa, nascente.
3. Cuidado com o esgoto.
Quem joga na rua lixo e esgoto distribui sujeira e doença para a própria família, os vizinhos e a comunidade. Faça a sua parte: escolha um lugar certo para o lixo e para o esgoto.
4. Separe os restos de comida.
Restos de comida podem ser enterrados para adubar a terra e evitar doenças. Papel, plástico e latas podem ser usados de novo ou vendidos. Faça a sua parte: acostume-se a separar o lixo.
5. Deixe os rios e as árvores em paz.
Rios poluídos prejudicam a saúde de todo mundo. A mata e a vegetação ajudam a manter os rios limpos. Faça a sua parte: proteja a natureza para que ela o/a proteja.
6. Tenha mais cuidados, para ter mais saúde.
Hospitais e postos de saúde estão cheios de pessoas doentes por falta de cuidados com água, esgoto e lixo. Faça a sua parte: tome cuidados. Que tal deixar o serviço médico para quem realmente precisar?
7. Colabore com campanhas públicas.
Quando você colabora, todo mundo sai ganhando (você, sua família, seus vizinhos, a comunidade, a cidade). Faça a sua parte: participe e chame os outros para ajudar.
8. Exija que respeitem seus direitos.
Água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo são direitos seus e dever do governo. Faça a sua parte: vá ao governo da sua cidade, junto com seus vizinhos e os líderes comunitários, exigir seus direitos.
9. Procure conhecer as leis.
O Brasil tem as melhores leis ambientais do mundo, que não são cumpridas porque poucas pessoas conhecem as leis e os direitos. Faça a sua parte: procure saber mais sobre seus direitos.
10. Procure ajuda sempre que precisar.
A Campanha da Fraternidade vai agrupar organizações sociais, advogados populares e o Ministério Público Federal para ajudar a quem precisa. Faça a sua parte: nós faremos a nossa.

Fonte: Defensoria da água

de direito corresponde a uma violação da dignidade humana e da dignidade da Terra. Assim, a precarização e poluição de um direito fundamental é uma humilhação que sofrem as pessoas e o meio ambiente. Nesse sentido, à medida que a água é essencial à vida – à manutenção, preservação e promoção da vida – ela é um direito fundamental para pessoas e para o meio ambiente sustentável.

Aqui rompemos com o modelo do discurso mercadológico dos direitos. Não é por ser um bem escasso que a

água é um direito, senão porque é um bem fundamental, fonte de vida, de garantia e promoção da vida que é um direito e, como todo direito, inalienável. Aqui entramos numa seara interessante. Se a água é um direito humano fundamental, a soberania das águas ultrapassa o direito de gestão soberana das nações sobre esse bem comum? Essas questões não são simples. Esta última é uma questão de direito internacional. Os direitos humanos, de alguma forma, nos colocam na situação de companheiros seres

Não é por ser um bem escasso que a água é um direito, senão porque é um bem fundamental, fonte de vida, de garantia e promoção da vida que é um direito – e, como todo direito, inalienável

humanos habitantes de um planeta (que deve ser) sustentável. Nesse sentido, eles se apresentam como um limite da soberania nacional e os Estados nacionais têm que responder à sociedade mundial pela garantia, defesa e promoção desses direitos.

Porém, nem existe uma instância mundial de regulação desses direitos em geral, e em especial inexistente tal instância em referência às águas. Se existir tal instância, os direitos de soberania dos mananciais e recursos hídricos deixarão de ser regulados diretamente pelos governos nacionais? Que vantagem isso traria sobre o *governo do mercado, a mão invisível*? O tema merece uma apreciação detida. Afirmamos o juízo de que a água é um direito de todos e o exercício desse direito depende da afirmação da consciência de sermos sujeitos de direitos e responsáveis pela constituição de um planeta sustentável e incluyente. ☺

Jorge Atílio Silva Iulianelli, coordenador do programa Trabalhadores Rurais e Direitos, de Koinonia, doutor em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Ana. *Descaso que mata*. In JB Ecológico, 22 set. 2004.
- KLOSKE, Izabel e FRANCO, Ninon. "Bacias, Comitês e Consórcios Municipais: a gota d'água para o novo planejamento ambiental" In ROCCO, R. (org.). *O direito ambiental das cidades*. RJ: DP&A, 2004. pp; 173-194.
- MARSDEN, Bill. *Cholera and the Age of Water Barons*. In www.icij.org/water/; 3/2/2003.
- MORELLI, Leonardo (Ed.) *O grito das águas*. www.defensoriadaagua.org.br
- www.unicrio.org.br/Textos/2303e.htm

Sobre cacimbas e desvios

Quando o verde dos teus olhos/ se espalhar na plantação,/ eu te asseguro, não chores não,/ eu voltarei para o meu sertão"...

Escrever sobre o Rio São Francisco me faz pensar em tanta gente boa do sertão nordestino, em tantos poetas e poetisas, lutadores do cotidiano! Alguns fugiram da seca para sobreviver. Deixaram o "norte" para não ser "esmoleu" ou não morrer de fome. Abandonaram terra, família e amores. Foram para o sul, o leste, o oeste e o sudeste. Construíram, cresceram e fizeram crescer marcados pela saudade do sertão. Outros permaneceram, esperando a chuva do próximo ano, arriscando a sorte, colados à terra quente que os vira nascer.

Tento me colocar em sua pele, tento me lembrar de algumas imagens que meus olhos já viram, de palavras já escutadas, de respostas buscadas...E partilho na escrita, com dor e perplexidade, com verso e com esperança uma história que é nossa.

Ilustrações de Flor Opazo



A seca do sertão nordestino não é de hoje...

Faz tempo que ela faz história com o povo sertanejo, povo forte e resistente.

Serviu para políticos enriquecerem,

Serviu de *causa mortis* de milhares e milhares de pessoas,

Serviu de inspiração poética para tantos poetas e poetisas populares,

Serviu para as promessas da religião,



Para profecias e ilusões,
Fez mães darem à luz a anjinhos e consolarem-se,
pois os entregavam para servir ao velho Papai do céu...

A seca fez cultura,
Fez literatura,
Fez política,
Fez guerra,
Fez missionário e revolucionário.
Fez asceta e penitente.
Fez rezadeira e curandeira.

A seca fez cinema,
Fez documentário
Viajou por mundos vários,
Contando sofrimentos e desvarios.

Mas, a seca do Nordeste não é mais seca quando chove.

Então, tudo fica verde, os rios nascem de novo,
Os açudes transbordam;
O gado engorda e fica bonito;
O feijão e o milho dão para o ano todo;
E os pássaros voltam aos milhares como se nunca tivessem saído dali.

A seca fica morando na lembrança,
Fica como ameaça ou novo castigo,
Fica como um sonho ruim que se espera que não volte mais.

Nos dias verdes de fartura há feira no sertão, há festa e abundância.

Tem queijo de coalho e queijo de manteiga, tem farinha torrada, tem feijão verde.

Tem coentro e cebolinha à vontade.

Tem rapadura boa do engenho de Seu Firmino.

Tem até uma cachaça quente, capaz de derrubar qualquer novico.

E as redes, as rendas e as rendeiras!

Fio vai, fio vem

Agulha que sobe e agulha que desce

O bordado aparece, o tecido cresce.

Tudo saído do algodão do sertão.

Tudo fiado por mãos velhas e novas.

Fio tingido e pendurado no terreiro como se fosse enfeite da festa da padroeira.

E as tecelãs se põem a trabalhar num vaivém de pés e mãos, numa espécie de batuque ritmado que corta as madrugadas.

Mas, vem a seca de novo...

Água de chuva não há.

Só se tem água de barreiro,

Água de cacimba,

Água de poço ruim,

Água salobra,

Água pesada,

Água de lama,

Água podre.

Água coada para dar pros meninos.

Água para bicho e água para gente.

Água distante!

Água comprada!

Água carregada!

Morreu o gado,

As galinhas se acabaram,



Os cachorros perderam o pelo,

Os gatos nem sobem mais no telhado.

O papagaio mal responde aos chamados do dono.

O juazeiro secou

Até o mandacaru amarelou.

É seca!

E na seca não tem mais leite, não tem mais farinha, não tem mais água, não tem rede, não tem renda.

Comadre Severina já não tece e não canta mais.

Seu Tônico esqueceu do cachimbo e fica de olho parado fixando as nuvens do céu.

Os meninos já não correm atrás da bola.

As meninas deixaram a ciranda de lado.

Os jovens querem sair do sertão.

Tudo seca com a seca!



É seca!

Amanhã chega o caminhão de água que o governo vai mandar.

Que felicidade!

Mas, a felicidade não veio hoje.

Foi para outro lugar.

Todo mundo reza

Todo mundo pede

Quem sabe Deus se compadece de tanto sofrimento,

E manda a chuva cair de novo.

Agora prometeram desviar as águas do Rio São Francisco.

Tudo estará resolvido, com certeza, dizem técnicos e políticos.

Não haverá mais sede, não haverá fome.

Vai ter trabalho para muita gente,
Vai ter até escola perto de casa,
Posto de saúde, campo de futebol e um salão pra
se dançar.

Quando o projeto acontecer, acrescentam os estudos,
não vai ter mais o sofrimento da falta de água.
As mulheres esquecerão a lata d'água na cabeça,
O sol quente não vai mais castigar a plantação,
A irrigação vai nutrir a terra por baixo, gota a gota...
E tudo vai ficar verde, verdinho,
Como se não tivesse havido seca!

Com o São Francisco desviado...
O sertão vai ficar rico,
Vai ser terra de doutor,
Vai ter trator e computador,
Revirando a terra quente.
E produzindo para toda a gente.

Não se pensa nas mil cacimbas que podem aos
pobres ajudar.

Só se pensa no desvio do rio que dizem, vai tudo
arranjar.

Desviar o Rio?

Para onde vai este desvio? Será que vai chegar nas
brenhas, lá naquele alto de serra?

Será que vai atingir a catinga cerrada, será que vai
molhar os espinhos que ficaram na terra rasgada?

Quem garante para onde vão as águas do desvio!

Será que a velha história dos privilégios, história
dos coronéis, dos manda-chuvas do sertão vai ser esquecida no projeto do desvio?

Não será mais uma promessa enganosa? mais um
artifício? mais um discurso? mais uma fala bonita?...

Ou será que uma conversão em tempos de globalização aconteceu?

A história passada não permite a fé em novos tempos de paz, em novas promessas de fartura, numa era de justiça nunca vista.

Os pobres desconfiam, suspeitam, discutem e se calam.

O sofrimento vivido ainda está bem presente no corpo do povo. Ninguém esquece a dor que ainda sente...

E mais: os coronéis não desapareceram. Estão sempre presentes de um jeito ou de outro. Têm agora outros nomes e outros poderes. Vivem hoje aqui e amanhã por lá.

Desviar o Rio? Para onde vai o desvio do Rio? Por onde passarão as águas, por onde correram os peixes?

Será que o verde vai se espalhar na plantação? E assim, o cantador voltará para o seu sertão!

Há que pensar no povo...

Há que pensar no Rio São Francisco, no velho Chico, nas suas margens desmatadas, na sua capacidade diminuída, nas barragens já construídas, nas cidades já destruídas, na nova pobreza instalada.

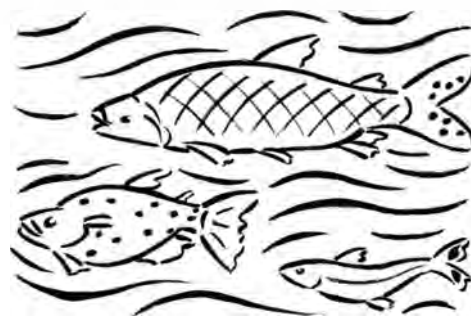
Há que pensar na poluição e nas novas formas de produção.

Há que lembrar do passado, da história do sertão, do flagelo da fome à contínua violência do poder, da reação do cangaço, dos tantos Lampiões e das mil Marias Bonitas que andaram pelo sertão...

Há que amar os pobres, os sertanejos, sua história, sua cultura e sua terra antes de pensar em desviar o Rio...

Há que pensar amando.

Há que fazer amando, pois "quem não ama seu irmão, sua irmã, o caído na estrada, o sedento e o faminto" não conhece nada sobre o AMOR. ☺



Pablo Richard

Crise irreversível na Igreja Católica Romana

Temos a força teológica e espiritual suficiente para construir essa nova maneira libertadora de ser Igreja. Minha interpretação negativa da eleição de Ratzinger como Papa, pode ser rotulada de radical. Minha proposta positiva de construir uma nova maneira de ser Igreja no interior da mesma Igreja, pode ser rotulada de utópica. Não importa, pois, muitas vezes, a radicalidade e a utopia vão juntas

A eleição de Joseph Ratzinger como sucessor de João Paulo II nos revelou, finalmente, qual é a crise que a Igreja Católica realmente vive; porém, ao mesmo tempo, nos esclarece sobre qual é nossa proposta positiva de construir uma nova maneira de ser Igreja.

Na atualidade, existem duas maneiras diferaentes de ser Igreja. "A Igreja" é somente um conceito teológico que não existe na realidade, o que existe historicamente são modelos, tendências ou maneiras diferentes de ser Igreja. De maneira simples e provisória, atualmente, poderíamos distinguir uma maneira conservadora de ser Igreja e outra maneira diferente, alternativa, libertadora. Não falamos aqui de duas Igrejas, mas de duas tendências ou modelos existentes no interior da própria Igreja Católica.

A interpretação crítica que proponho é que a eleição do Cardeal

Ratzinger como Papa está em plena continuidade com os 26 anos do Papa João Paulo II. O teólogo Ratzinger, braço direito de João Paulo II para questões doutrinárias e Prefeito durante 23 anos da Congregação para a Doutrina da Fé, é eleito para dar continuidade teológica e dogmática ao modelo de Igreja construído por João Paulo II. O mais importante na minha interpretação é que esta continuidade entre João Paulo II e Bento XVI torna evidente a crise irreversível e final do atual modelo conservador de Igreja.

Crise irreversível significa uma crise que já não pode ser solucionada com reformas parciais ou com mudanças puramente teológicas ou de linguagem. Uma crise irreversível é uma crise final. Não há marcha atrás; seu aperfeiçoamento somente consegue acelerar sua morte. Toda tendência conservadora ou processo de contra-reforma na Igreja gera a longo prazo uma igreja em estado permanente de crise. Não sabemos quanto tempo durará a crise. Não é importante, pois no interior da própria Igreja podem estar presentes as duas tendências ou maneiras diferentes de ser Igreja, uma conservadora em processo permanente de crise, e um modelo alternativo e libertador de Igreja que cresce com sua força espiritual e profética que lhes é própria. Os modelos não são paralelos, mas se entrecruzam. A crise irreversível de um modelo determinado de Igreja não impede que surja outra maneira de ser Igreja. Haverá tensões, porém, não necessariamente divisões. Quanto mais consciência adquirimos de que a Igreja atual é já irreversível, mais evidente se faz a

necessidade de construir uma nova maneira de ser Igreja e discernir qual é a força que temos para construí-la.

Creio que a eleição (designação) de Ratzinger como Papa foi uma decisão errada, motivada pela necessidade de dar continuidade ao projeto eclesial já existente e motivada também pelo medo ao 'relativismo'. Como já afirmou o próprio cardeal Ratzinger em sua homilia, no início do conclave, existe o perigo de que a Igreja vá à deriva, ao sabor de qualquer vento de doutrina. É um sinal de crise que a eleição de um Papa tenha acontecido por uma necessidade de continuidade e por medo à autêntica diversidade e pluralidade.

Minha proposta positiva e construtiva neste momento de crise irreversível da Igreja Católica é a possibilidade real de construir outra maneira de ser Igreja, outro modelo de Igreja, no interior da Igreja atualmente existente. Temos a força teológica e espiritual suficiente para construir essa nova maneira libertadora de ser Igreja. Não creio que a solução seja sair da Igreja, mas criar uma nova maneira de ser Igreja no seu interior. A motivação para continuar lutando dentro da Igreja não é o medo ou a necessidade, mas a responsabilidade pastoral de caminhar com o povo pobre e excluído, para quem, muitas vezes, a Igreja é sua única esperança. Seria muito fácil abandonar agora a Igreja, quando o Povo de Deus, mais do que nunca, necessita de teólogos da libertação e pastores comprometidos. O próprio Povo de Deus tem esta intuição: quando estávamos celebrando no dia 2 de abril o 25º. Aniversário de Monsenhor

Romero, alguém disse: “Morreu um Papa, porém ressuscitou um Profeta no povo salvadorenho”.

Minha interpretação negativa da eleição de Ratzinger como Papa, pode ser rotulada de radical. Minha proposta positiva de construir uma nova maneira de ser Igreja no interior da mesma Igreja, pode ser rotulada de utópica. Não importa, pois, muitas vezes, a radicalidade e a utopia vão juntas.

JOÃO PAULO II E BENTO XVI

É uma constante na história do cristianismo a confrontação entre movimentos de reforma e contra-reforma no interior da Igreja. O Concílio Vaticano II (1962-1965), interpretado por nós desde as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), constitui um movimento de reforma na Igreja Católica Romana. Com João Paulo II (1978-2005) e agora, com razão maior com Joseph Ratzinger, chamado Bento XVI, se está consolidando uma clara tendência de contra-reforma na Igreja. De modo semelhante, no passado, se deu uma contradição entre a Reforma Protestante (Lutero 1483-1546) e o Concílio de Trento (1545-1563), um concílio de contra-reforma, aperfeiçoado posteriormente pelo Concílio Vaticano I (1869-1870). O Papa João XXIII, com a convocação ao Concílio Vaticano II, rompeu estes quatrocentos anos de contra-reforma propôs um novo programa de reforma da Igreja.

O que dizemos da Igreja, podemos dizer também da assim chamada “civilização ocidental e cristã”, confrontada na atualidade com o Oriente não-cristão. Esta situação se torna mais aguda com a guerra do Ocidente “cristão” contra Iraque e sua ameaça constante contra todos os povos orientais não cristãos. Esta crise de civilização, por sua

parte, se contextualiza na realidade ainda maior de um Império em cujo centro estão os Estados Unidos. O Império mais poderoso do mundo se identifica explicitamente a si mesmo como um “Império Cristão”. Seu presidente foi eleito por uma maioria cristã, tanto evangélica quanto católica. A história, no entanto, ensina que o triunfo de um Império Cristão tem significado sempre o fracasso do Cristianismo.

O que provoca a crise do modelo conservador da Igreja é, em primeiro lugar, seu eurocentrismo. Para João Paulo II, a Europa “se converteu no grande centro da evangelização do mundo e, apesar de todas as crises, não deixou de sê-lo até hoje” (*Memória e Identidade*. João Paulo II, p.132). O Papa insiste no caráter cristão da Europa, porém, a des-cristianização da Europa é um fato evidente e irreversível. É desconcertante a notícia de que o Cardeal Ratzinger se opõe à entrada da Turquia na União Européia. A razão é simples: não quer que os muçulmanos invadam a Europa “cristã”. É muito difícil para nós aceitar a Europa, que tanto nos explorou, ser, segundo João Paulo II, o centro da evangelização do mundo, não somente no passado, mas, inclusive, no tempo presente. Não podemos esquecer que o

cristianismo chegou à América latina e ao Caribe com a expansão do colonialismo europeu. Não negamos a importância da evangelização, dos missionários e profetas dessa evangelização, entretanto também não podemos esquecer que o colonialismo europeu saqueou nossos recursos naturais, dizimou nossos índios e atualmente nos condena à morte pela cobrança injusta da dívida externa e pelo neocolonialismo das transnacionais.

Outro fato evidente é que a Igreja conservadora tem, todavia, como horizonte, o conflito Leste-Oeste e não o conflito Norte-Sul. O Sul não existe. Sempre se diz de forma triunfalista que a maioria dos católicos está na América Latina, porém, se ignora a situação trágica de pobreza e exclusão que se vive em nosso continente ‘católico’. É evidente que a Igreja na Europa, especialmente na Polônia, ficou marcada pela experiência cruel do nazismo e do comunismo. O Papa as qualifica como “as ideologias do mal”, como a “força do mal”, como o “furor bestial” que ameaçou de morte a toda a Europa. Isto é certo, porém não se leva em conta que a “Doutrina de Segurança Nacional”, foi inspiradora de todas as ditaduras militares ‘católicas’ na América Latina, assim como a ideologia ‘neoliberal’ atual



Marta Strauch

oculta a pobreza e a exclusão de 60% de nossa população. Não se toma consciência e não se denuncia profeticamente que o atual sistema de livre mercado também é uma 'força brutal' que destrói nosso continente 'católico'.

João Paulo II e Joseph Ratzinger nunca entenderam a Teologia da Libertação. Para os dois e para toda a cúria vaticana, nossa teologia correspondia à expansão do marxismo na América Latina. Por isso foi declarada pública e oficialmente a morte do comunismo, do marxismo e da Teologia da Libertação. Com esta atitude, a hierarquia romana buscou libertar-se da Teologia da Libertação. A Igreja tinha medo dessa teologia porque sabia que ela dizia a verdade e tinha razão. Nunca o Vaticano canonizou os milhares de mártires que morreram na luta pela vida e pela justiça na América Latina. O Papa nunca os canonizou por medo de legitimar a nova concepção de evangelização e de Igreja e uma nova maneira de fazer teologia. Que não tenham canonizado a Monsenhor Romero é um escândalo para nós; porém, também, é um signo de debilidade da cúria romana.

Joseph Ratzinger denunciou reiteradamente o que ele chama "a ditadura do relativismo" e a necessidade de ter "uma fé clara segundo o Credo da Igreja". O problema central, no entanto, é o contrário: a ditadura do Dogma, da Lei e do Poder central da Igreja, que impede todo diálogo ecumênico e inter-religioso. Um exemplo claro disto é o documento da Congregação para a Doutrina da Fé, intitulado *Dominus Iesus*, cujo autor principal é Joseph Ratzinger. Ele se esquece também de que a "fé clara, segundo o Credo da Igreja" está nas Sagradas Escrituras, especialmente nos quatro evangelhos, Memória, Cânon e Credo de nossa fé cristã. O medo ao relativismo é, no fundo, o medo à pluralidade re-

Não se leva em conta que a "Doutrina de Segurança Nacional", foi inspiradora de todas as ditaduras militares 'católicas' na América Latina, assim como a ideologia 'neoliberal' atual oculta a pobreza e a exclusão de 60% de nossa população. Não se toma consciência e não se denuncia profeticamente que o atual sistema de livre mercado também é uma 'força brutal' que destrói nosso continente 'católico'

ligiosa e cultural, o medo à diversidade de opções, o medo às teologias de gênero que criticam o patriarcado; o medo ao ressurgimento das religiões do Terceiro Mundo.

Em sua homilia, ao iniciar o conclave, o Cardeal Ratzinger fala do relativismo dos diversos modos de pensar: liberalismo, individualismo, vago misticismo religioso, agnosticismo, sincretismo e outros. Porém, esse relativismo é algo próprio da crise da modernidade, da desintegração do Ocidente 'cristão' e da decadência espiritual e ética do mundo desenvolvido. Mais importante é o "relativismo" de valores éticos que permite a mercantilização da vida humana e cósmica. O novo Papa está mais preocupado com as "correntes ideológicas e modos de pensar" do que com o genocídio dos pobres do mundo, onde a vida não vale nada.

As viagens do João Paulo II pela América Latina e pelo Caribe foram uma manifestação impressionante do poder religioso da Igreja. Não nego muitos aspectos positivos dessas viagens, porém seu efeito a médio e a longo prazo não foi evangelizador, nem

libertador. A evangelização na América Latina não passa pelo exercício do poder, mas pela defesa da vida e pela construção de uma sociedade onde caibam todos e todas, em harmonia com a natureza. Os verdadeiros evangelizadores na América Latina são esses milhares e milhares de sacerdotes, religiosos e leigos anônimos, que trabalham no mundo dos pobres.

A Igreja conservadora é autocrática e opressora, o que provoca dentro dela um espírito de medo generalizado: os leigos praticantes têm medo dos padres; os padres têm medo dos bispos; os bispos têm medo à cúria vaticana e esta tem medo da Teologia da Libertação. No aspecto moral, a Igreja conservadora está mais preocupada com o aborto e com o matrimônio dos homossexuais do que com milhões de seres humanos que morrem de fome no Terceiro Mundo. A Igreja se preocupa com a vida antes de nascer ou com a vida eterna, depois da morte; porém, não se preocupa com a vida presente da humanidade. A Igreja não abre um espaço onde sejam discutidos abertamente os problemas éticos da vida humana, como o aborto, as opções sexuais, os métodos contraceptivos e todos os problemas relativos à bioética. Muitos destes temas não estão resolvidos e não serão resolvidos nunca se a Igreja impõe de modo autoritário uma opinião única que não pode ser discutida.

POR QUE O POVO QUER TANTO A JOÃO PAULO II? POR QUE BENTO XVI NECESSITA MELHORAR SUA IMAGEM?

Poder-se-ia deslegitimar nosso pensamento crítico como o pensamento típico dos pequenos grupos intelectuais, isolados do sentir e pensar do povo simples. Esta é uma maneira muito tradicional para desqualificar toda análise crítica e ocultar a utilização que se

faz da exaltação de fatos religiosos institucionais da Igreja.

É um fato evidente que os meios de comunicação deram uma cobertura extraordinária a todos os fatos relativos à enfermidade, morte e enterro de João Paulo II e à exibição majestosa dos cardeais que, no conclave, elegeram a Joseph Ratzinger como Papa. Foi uma verdadeira apoteose midiática. Isto, necessariamente, teve o influxo direto e eficaz na opinião popular.

Os meios de comunicação que exaltaram todos os fatos "pontifícios" deste período foram, em sua maioria, os meios mais poderosos e influentes no poderoso sistema econômico atual. Por que esta exaltação dos fatos? Minha hipótese é que era necessário responder à carência, no sistema atual de globalização, de um líder espiritual forte e reconhecido universalmente. Os grandes líderes políticos do mundo atual são profundamente corruptos, ambiciosos, violentos, sem valores éticos e sem nenhuma preocupação com a maioria pobre e excluída no sistema atual de livre mercado. Ninguém nega a santidade e o carisma de João Paulo II, seus valores éticos e suas intervenções proféticas em momentos difíceis da história moderna. Um exemplo foi sua oposição à guerra contra Iraque, sua visita solidária a Cuba e sua preocupação pela paz no oriente Médio, onde buscou destruir muros e construir pontes. Porém, outra coisa é a manipulação feita pelos meios globais sobre a figura de João Paulo II, como o líder que derrotou o comunismo e como defensor dos valores éticos que a humanidade necessita. Com esta manipulação, buscam construir o líder espiritual que o sistema atual de globalização necessita para funcionar. Esta manipulação vai em contra das intenções e do ser espiritual de João Paulo II. Também é escandaloso como as Igrejas locais aproveitam esta apoteose manipuladora dos

O medo ao relativismo é, no fundo, o medo à pluralidade religiosa e cultural, o medo à diversidade de opções, o medo às teologias de gênero que criticam o patriarcado; o medo ao ressurgimento das religiões do Terceiro Mundo

meios de comunicação para seus próprios interesses institucionais. Muitas Igrejas sentem-se, agora, importantes ao ser incluídas nas necessidades 'espirituais' da globalização e da construção de um 'Império cristão'.

O impacto dos meios de comunicação na Igreja como Povo de Deus deve-se também à falta de condução espiritual. A geração de bispos profetas, chamada a geração do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, que alguns também chamam "os Pais da Igreja latino-americana", é uma geração que está desaparecendo simplesmente devido à idade. Estes bispos têm sido, programaticamente, substituídos por bispos contrários à tradição profética e renovadora da Igreja de Medellín e Puebla. Outro fator que tem influído na carência de condução espiritual na Igreja tem sido o silenciamento de mais de 140 teólogos e teólogas da Libertação, realizado pela Congregação da Doutrina da Fé, que foi conduzida durante 23 anos pelo Papa atual, Joseph Ratzinger. Também tem sido negativo o regresso à estrutura tridentina de poder na Igreja: o Papa em Roma, o Bispo em sua diocese e o padre em sua paróquia. Os leigos marginalizados a tarefas cada vez menos importantes e as leigas quase não existem. Bento XVI terá que fazer um esforço importante para mudar sua imagem negativa de "guardião da ortodoxia" para ganhar a simpatia do Povo de Deus. Nunca um inquisidor foi popular.

Por último, o atrativo de João Paulo II, especialmente entre as massas católicas, responde à necessidade do povo de ter uma referência de poder espiritual e global que os represente e com a qual sintam-se identificados. João Paulo II, por seu carisma pessoal, por suas viagens e gestos muito significativos, ganhou um reconhecimento universal. Todo povo necessita ter um Papa, um Rei, um símbolo de poder. É paradigmático o fato bíblico (1 Samuel, cap. 8) quando o povo pede a Samuel um rei. Depois de duzentos anos que o povo estava vivendo feliz sem um rei, sem templo, sem exército permanente, agora, quer ter um rei. Porém, o povo insiste em ter um rei, como os demais povos. Samuel explica-lhes todo o negativo que é ter um rei, porém o povo insiste em ter um rei. Nasce, assim, a monarquia em Israel, que durará mais de quatro séculos e que será, salvo poucas exceções, uma experiência negativa e fortemente criticada pelos profetas.

PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MANEIRA DE SER IGREJA

Já dissemos que a crise irreversível da Igreja Católica e a contra-reforma contra a reforma realizada pelo Concílio Vaticano II e pelos eventos de Medellín, Puebla e Santo Domingo não nega a possibilidade de construir uma nova maneira de ser Igreja, um novo modelo de Igreja ou uma nova tendência dentro da Igreja. A seguir, veremos os pressupostos para esta reconstrução e a força que a torna possível.

Primeiro: Será muito importante a ruptura com o eurocentrismo da Igreja e com o mito de uma Europa cristã evangelizadora. Isto não significa romper nossa comunhão com o bispo de Roma, como centro de unidade de toda a Igreja Católica.

Segundo: O novo modelo de Igreja terá como espaço fundamental o Terceiro Mundo, definido pela contradição Norte-Sul. Para nós, o Sul existe e a relação sul-sul afirma nossa identidade. O horizonte da nova maneira de ser Igreja será a América Latina, o Caribe, a África, a Ásia e a Oceania.

Terceiro: O novo modelo será radicalmente ecumênico. Somente com uma profunda solidariedade ecumênica poderemos resistir à crise do modelo conservador de Igreja pelo processo de contra-reforma na Igreja Católica. Solidariedade com as Igrejas protestantes, evangélicas e com outras Igrejas cristãs do Oriente e com todas aquelas que têm uma dimensão ecumênica. O ecumenismo é um espaço de liberdade e de diálogo, onde se respeita a pluralidade de tradições e de confissões. O ecumenismo recupera a pluralidade das Igrejas que os apóstolos nos deixaram.

Quarto: o diálogo inter-religioso, especialmente com o Judaísmo e o Islã, que são as três religiões chamadas de abraâmicas. Diálogo também com outras religiões importantes da Ásia, da África e religiões autóctones da América Latina. O diálogo inter-religioso, mais do que 'diálogo', será uma profunda comunhão espiritual e solidária. Os temas do diálogo inter-religioso não serão temas dogmáticos, mas de vida ou morte, como a paz, a guerra, a fome e outros. O objetivo principal da "missão" já não será a "conversão" do outro, mas somar forças na construção da paz. "Sincretismo" não significa relativismo ou confusão; mas, literalmente, significa "somar forças" em função da paz. Por isso, o diálogo inter-religioso pratica o sincretismo, a oração em comum, a solidariedade e o respeito mútuo.

Quinto: Fidelidade irrestrita ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Recordemos aqui alguns temas teoló-

No aspecto moral, a Igreja conservadora está mais preocupada com o aborto e com o matrimônio dos homossexuais do que com milhões de seres humanos que morrem de fome no Terceiro Mundo. A Igreja se preocupa com a vida antes de nascer ou com a vida eterna, depois da morte; porém, não se preocupa com a vida presente da humanidade

gicos mínimos para não esquecê-los ou para dá-los a conhecer a muitos que nunca tiveram acesso a eles. Estes temas são:

a) A Igreja é o Povo de Deus, não somente sua estrutura hierárquica. Sua razão de ser não está nela mesma, mas no Reino de Deus. A Igreja subsiste na Igreja Católica Romana. Sacerdócio comum dos fiéis dotados de múltiplos carismas. Colegialidade episcopal (*Lumen Gentium*)

b) A Sagrada Escritura é o fundamento da Igreja e a alma da teologia. O Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas totalmente a seu serviço. A Igreja, mais do que possuir a verdade, caminha em direção à plenitude da verdade (*Dei Verbum*)

c) A Igreja tem seu lugar próprio no mundo, aberta à modernidade e ao humanismo contemporâneo. Autonomia do temporal em frente à Igreja (*Gaudium et Spes*)

Outros temas importantes no Concílio são: a reforma litúrgica, o ecumenismo, a liberdade religiosa, os meios de comunicação e os Direitos Humanos.

Sexto: Fidelidade à Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968).

Recordemos alguns textos:

- Os princípios culpados da dependência de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freio, conduzem à ditadura econômica e ao "imperialismo internacional do dinheiro".
- A situação de injustiça que pode ser chamada 'violência institucionalizada'.
- Educação libertadora: que converte o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento.
- Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte.
- Em nossa missão pastoral, confiaremos, antes de tudo, na força da Palavra de Deus.
- A comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, célula inicial de estruturação eclesial e foco da evangelização e, atualmente, fator primordial de promoção humana e de desenvolvimento.

Sétimo: Fidelidade à Terceira Conferência do Episcopado Latino-americano em Puebla (1979).

Memória de alguns textos:

- A situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, rostos muito concretos nos quais deveríamos reconhecer os traços sofredores de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela.
- Está subindo até o céu um clamor cada vez mais tumultuado e impressionante. É o grito de um povo que sofre e que demanda justiça.
- A Igreja assume "uma clara e profética opção pelos pobres".
- Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres com vistas à sua libertação integral.
- O compromisso com os pobres e os oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base tem ajudado a Igreja

a descobrir o potencial evangelizador dos pobres.

- Exigência evangélica da pobreza como solidariedade com o pobre e como rejeição da situação em que vive a maioria do continente.

O Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo foram um momento de graça e uma oportunidade única que Deus nos deu (um *kairos*) para uma autêntica reforma da Igreja Católica. Esta reforma foi iniciada pelos próprios bispos e eles têm a responsabilidade de manter viva e de desenvolver esta tradição na Igreja. Somente nossa fidelidade à reforma da Igreja a tornará possível.

ONDE ESTÁ NOSSA FORÇA PARA CONSTRUIR UM NOVO MODELO DE IGREJA

Nossa prática fundamental para construir um novo modelo de Igreja ou uma nova maneira de ser Igreja não será a confrontação com o modelo conservador, atualmente dominante e em *Crise Irreversível na Igreja*, mas uma prática positiva de crescimento em seu interior é justamente onde reside a nossa força. Onde está nossa força?

Primeiro: Na opção pelos pobres, pelos excluídos e na opção pela vida da terra e da água. Na opção por uma sociedade onde caibam todos e todas em harmonia com a natureza. Na crítica radical ao atual modelo de mercado global de inspiração neoliberal. Na esperança de que outro mundo é possível e que é possível construir o sujeito capaz de fazê-lo possível.

Segundo: Em uma espiritualidade libertadora, em uma ética da vida ("a Glória de Deus é o ser humano vivo; a glória do ser humano é a Visão de Deus"; Santo Irineu)

O objetivo principal da "missão" já não será a "conversão" do outro, mas somar forças na construção da paz. "Sincretismo" não significa relativismo ou confusão; mas, literalmente, significa "somar forças" em função da paz. Por isso, o diálogo inter-religioso pratica o sincretismo, a oração em comum, a solidariedade e o respeito mútuo

Terceiro: Na leitura popular da Bíblia, também chamada leitura pastoral ou comunitária da Bíblia. Todo movimento de reforma da Igreja começou quando a Bíblia foi devolvida ao Povo de Deus, quando colocamos a Bíblia nas mãos, no coração e na mente do Povo de Deus.

Quarto: Na Teologia da Libertação. A Teologia é uma força, sobretudo, quando constatamos que o modelo conservador de Igreja está em crise por ter muito poder e pouca teologia. A Teologia da Libertação é construída pelos novos sujeitos: mulheres, afro-americanos, indígenas, camponeses, jovens, crianças, indigentes, os de uma opção sexual diferente etc. Novos sujeitos todos unidos em uma crítica radical ao sistema atual de dominação.

Quinto: Na construção de Comunidades Eclesiais de Base e de organizações similares. Na renovação da vida religiosa. Nos movimentos apostólicos com um claro sentido de participação e libertação na Igreja.

Sexto: Na formação de agentes de pastoral dentro da Igreja e de líderes cristãos militantes nos Movimentos Sociais e políticos. Participação prioritária da mulher em todos os espaços, níveis e lideranças, na Igreja e na sociedade.

Sétimo: Na Igreja, concebida fundamentalmente como Povo de Deus, com uma forte participação de homens e mulheres em todos os níveis eclesiais e pastorais. Multiplicação dos carismas e ministérios locais dentro da Igreja. Celibato como carisma voluntário e universal, não integrado necessariamente ao ministério presbiteral ou episcopal.

Oitavo: Nos profetas, tanto dentro da Igreja, como fora dela. Com o desaparecimento progressivo da geração dos bispos profetas de Medellín e Puebla, surgem, agora, profetas leigos fora da Igreja, no âmbito da economia, da política e da cultura.

Não é necessário continuar enumerando. Já é suficiente para demonstrar que outro modelo ou maneira de ser Igreja é possível e que temos a força para construí-lo. Terminamos, repetindo o que dissemos ao começar: a eleição de Joseph Ratzinger, como sucessor de João Paulo II, nos revelou, finalmente, qual é a crise vivida pela Igreja Católica Romana. Porém, ao mesmo tempo nos esclarece sobre nossa proposta positiva para construir uma nova maneira de ser Igreja. Está claro que esse outro modelo de ser Igreja é possível e que temos a força para construí-lo. A crise do modelo conservador de Igreja que atualmente é irreversível – inserida no contexto maior de crise da civilização ocidental e cristã e de crise de um Império que se define como Cristão –, é uma crise que nos enche de perplexidade, temor, angústia e desesperança. Porém, a possibilidade histórica e real de construir um novo modelo ou maneira de ser da Igreja nos enche de esperança e alegria. ☪

Pablo Richard, teólogo e biblista chileno. Trabalha no Departamento Ecumênico de Investigações (DEI), na Costa Rica.

Publicado na Adital – Agência de Informação Frei Tito para América Latina.

Para superar a violência

Desde fevereiro de 2005 Koinonia está desenvolvendo o projeto **Balcão de Direitos**, que presta assistência jurídica às comunidades quilombolas de Preto Forro, Rio Claro e Marambaia, todas no Rio de Janeiro. Os objetivos são: assistência jurídica para qualquer caso, orientação sobre documentação pessoal e capacitação, através de oficinas que discutem cidadania e direitos Humanos. Participam do projeto três antropólogos, um advogado e três estagiários de direito. O Balcão de Direitos é realizado em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e tem previsão para terminar em agosto desse ano.

No mês de abril, o Ceca lançou a revista **"Práticas & Reflexão – Ceca em Revista"**. A publicação é semestral e tem o objetivo de ser um espaço de produção teórica de diferentes entidades. A revista também quer divulgar o trabalho de novos pesqui-

sadores e ser um instrumento de transformação social. A edição de lançamento da **"Práticas & Reflexão – Ceca em Revista"** tem como tema o ecumenismo. Este primeiro número conta com artigos de vários autores, como Moacyr Scliar, Mateus Soares de Azevedo, Frei Orestes Serra e outros.

Cerca de 240 igrejas espalhadas em aproximadamente 22 estados abriram as portas, em 21 de maio, para o **Mutirão Nacional de Entrega Voluntária de Armas**. Nesse dia de mutirão foram recebidas cerca de 1.040 armas. Para o Conic a Campanha do Desarmamento possui objetivos compatíveis com a Campanha da Fraternidade 2005 – Ecumênica. Assim, desde a adesão à campanha, promovida pela Viva Rio, as igrejas passaram a contribuir abrindo postos de recolhimento de armas em seus templos.

Está disponível no site da Cese (www.cese.org.br) o roteiro para elaboração

A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).



e os critérios de aprovação de projetos que pretendam ser financiados pelo **Fundo Ecumênico de Solidariedade**, composto por doações arrecadadas na Campanha da Fraternidade Ecumênica – 2005. Os projetos apresentados devem estar ligados ao tema Solidariedade e Paz e os organizadores orientam que as ações propostas estejam voltadas para três aspectos: **Educação para a Paz; Cidadania e Direitos Humanos; Vítimas da Violência e exclusão social**. Os projetos devem ser encaminhados para a Cese e para Cáritas Brasileira até o final deste ano.

Está programada para outubro, entre os dias 12 e 15, em Mendes (RJ), a **3ª Jornada Ecumênica, que terá como tema "Solidariedade, Justiça e Paz"**. Esta edição ampliará a participação latino-americana com a presença de grupos da região e de assessores da assembléia geral do CMI. A programação do evento será baseada em depoimentos de

grupos da América Latina, incluindo o Brasil, que realizaram ações ecumênicas positivas voltadas para a construção de solidariedade, justiça e paz. As inscrições para a 3ª Jornada estão abertas no site: <http://www.projornada.org.br/>. Os organizadores do evento pedem que os interessados de estados brasileiros mais distantes do RJ, como das regiões Norte e Nordeste, se organizem em caravanas e entrem em contato.

Durante o mês de abril o grupo de multiplicadores em saúde e direitos de São Paulo promoveu dois eventos: o **Encontro Ecumênico de Mulheres**, em São José dos Campos, e oficinas em Pindamonhangaba. Com o tema **"Nós como mães, nós como filhas"**, o encontro ecumênico debateu educação sexual e saúde reprodutiva e reuniu cerca de 60 mulheres. Já em Pindamonhangaba, dois dias de oficinas de saúde e direitos foram realizadas. Participaram das atividades cerca de 35 pessoas de diferentes

tradições religiosas e organizações não governamentais.

De 21 a 23 de setembro próximos, Porto Alegre será novamente o cenário de uma ação inovadora, quando sediará o **Fórum Mundial pela Paz**. O evento vai reunir pessoas do País e do mundo para debater questões sobre o desarmamento, o papel da mídia no combate à violência e à ênfase de uma cultura da paz, além de propor ações concretas para reforçar o que já foi feito e avançar nas iniciativas em curso. São esperados todos aqueles que acreditam na construção da paz por meio de uma transformação alicerçada na inclusão social, numa política de segurança pública inteligente, eficiente e cidadã e em novas atitudes individuais e coletivas. Em 2004 foram realizados 50 seminários sobre a cultura da paz, formando mais de 2 mil educadores para a paz em Porto Alegre e interior do RS. Uma cartilha, intitulada, "Por uma cultura de Paz" foi elaborada e distribuída gratuitamente nas escolas, em entidades, ONGs e associações. Mais informações: Coordenação Fórum Mundial pela Paz – (51) 3311-0274 – tais@veraz.com.br

Será realizado de 29 a 31 de agosto de 2005 em

São Paulo o **Encontro Ecumênico de Lideranças de Igrejas**. Um dos principais objetivos do encontro é proporcionar uma experiência de vivência fraterna em vista da eficácia do testemunho conjunto das Igrejas-membros do Conic na sociedade brasileira. A ficha de inscrição e mais informações sobre o evento estão disponíveis no site do Conic: <http://www.conic.org.br>

De 12 a 15 de fevereiro de 2006 o Cesep, a IECLB, entre outras entidades promoverão um **congresso ecumênico** na cidade de São Leopoldo (RS). **As atividades previstas são oração, estudo bíblico, palestras, debates, lazer, cultura e participações na Assembléia do CMI**, que estará acontecendo em Porto Alegre. O público alvo do congresso são estudantes de teologia de toda a América Latina. As inscrições estão abertas até 1º de setembro de 2004. Mais informações pelo e-mail extensao@est.com.br ou pelo site www.est.com.br.

Cerca de 100 adeptos do candomblé realizaram um protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em Salvador, no dia 4 de maio. Os manifestantes reivindicaram a agilização do processo contra a Igreja Universal do Reino de

Deus, por uso indevido de imagem e danos morais à Mãe Gilda, falecida em 2000. O resultado da mobilização foi positivo, já que o desembargador Juarez Alves de Santana se comprometeu a emitir o parecer até o fim do mês de junho. A manifestação demonstra a importância da ação, pois as ofensas à ialorixá configuram mais um dos episódios de intolerância religiosa a que praticantes do candomblé são submetidos com frequência. Para saber mais sobre o histórico do caso acesse o arquivo de notícias no site de Koinonia: www.koinonia.org.br

Durante a semana de 10 a 16 de abril de 2005 foi realizada, em diversas partes do mundo, a **Semana de Ação Mundial**. Diversos fóruns, redes e movimentos realizaram ações conjuntas sobre o comércio justo e contra o neoliberalismo. A Cese participou da campanha realizando, em parceria com o Cebic, um culto ecumênico na IEAB, em Salvador (BA). As atividades da campanha **defenderam um sistema alternativo de comércio compatível com os interesses das sociedades e não do livre comércio utilizado pelo Banco Mundial, OMC e FMI**.

Multiplicadoras formadas por Koinonia em cursos de capacitação promove-

ram, no início de março: um **encontro de mulheres quilombolas**, em São Mateus (ES). Cerca de 30 mulheres assistiram ao vídeo *Entre quatro paredes* e discutiram questões como sexualidade e prevenção de HIV-AIDS entre as mulheres. O encontro, primeiro evento organizado pelas próprias multiplicadoras, reuniu mulheres que nunca haviam debatido os temas tratados.

SIGLÁRIO

CEBIC – Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs
CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEP – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular
CMI – Conselho Mundial de Igrejas
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
FMI – Fundo Monetário Internacional
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECLB – Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



Lançada em junho a publicação **AIDS e Igrejas: um convite à ação**, cuja proposta é subsidiar trabalhos de prevenção e esclarecimentos sobre as DST/AIDS em igrejas. Utilizando uma linguagem acessível e muitas ilustrações, trazendo dados atualizados e estatísticas esclarecedoras, **AIDS e Igrejas** pretende também estimular a multiplicação de ações voltadas para comunidades religiosas.

AIDS e Igrejas é fruto da parceria entre KOINONIA e a Coordenação Estadual de DST/AIDS de São Paulo, e produto das discussões feitas com o Grupo de Trabalho sobre Religiões. Desde 2002, o GT Religiões vem propondo e estabelecendo estratégias de prevenção junto a grupos religiosos, respeitando valores, crenças e saberes. **AIDS e Igrejas** procura suprir a carência apontada pelo grupo, desde o início do trabalho, de materiais educativos adequados, nos quais a população religiosa pudesse se identificar e repensar seu espaço de promoção da saúde e acolhimento a pessoas vivendo com HIV/Aids.

Para mais informações entre em contato com:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129

22211-230 Rio de Janeiro-RJ

Tel. (21) 2224-6713

e-mail: koinonia@koinonia.org.br

www.koinonia.org.br

Ética na Política

Pelo fim da impunidade, por justiça para todos e todas

Surdos, escutem; cegos, olhem e vejam! Quem é cego senão meu servo? Quem é surdo, senão o mensageiro que eu mandei? Você viu muitas coisas, e nada percebeu; abriu os ouvidos e nada ouviu. Por causa de sua própria justiça, Javé queria engrandecer e glorificar a sua lei; mas o seu povo é um povo espoliado, esgotado e roubado, todos presos em cavernas, trancados em prisões. Era saqueado, e ninguém o libertava; despojado, e ninguém dizia: "Devolvam isso. Quem de vocês vai escutar isso tudo e prestar atenção para ouvir daqui por diante?" (Is. 42, 18-23)

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Dom Gilio Felício – Presidente

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
Pastor Ervino Schmidt – Secretário Executivo

CNBB / ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana
Dom André de Witte

IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Bispo Primaz Dom Orlando Santos de Oliveira

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana
Pastor Nestor Paulo Friedrich

IM – Igreja Metodista
Bispa Marisa de Freitas Ferreira Coutinho

IPIB – Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
Reverendo Nenrod Douglas Oliveira Santos

IPU – Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
Reverendo Gerson Antônio Urban

Igreja Batista Nazareth
Pastor Djalma Rosa Torres

Cáritas Brasileira
José Magalhães de Souza – Diretor Executivo

CLAI-BRASIL – Secretaria Regional para o Brasil do Conselho Latino Americano de Igrejas
Luiz Caetano Grecco Teixeira – Secretário Executivo

DIACONIA Sociedade Civil de Ação Social
Waldyr Hoffmann – Presidente do Conselho Diretor

CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria
Francisco de Assis da Silva – Secretário Executivo

Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço
Rafael Soares de Oliveira – Secretário Executivo

Representantes das Igrejas Associadas da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, em conjunto com a Cáritas Brasileira, a Secretaria Regional para o Brasil do Conselho Latino Americano de Igrejas – CLAI-Brasil e Organismos Ecumênicos, por ocasião da Assembléia Geral da CESE, em Salvador, Bahia, nos dias 08 e 09 de junho de 2005, tendo como inspiração o tema Cidade de Paz, registram com profunda preocupação a crise pela qual passam os poderes da democracia brasileira e perguntam pelas causas que estão a gerar a situação na qual nos encontramos.

Dois anos se passaram desde que Luis Inácio Lula da Silva se elegeu presidente pela vontade de 53 milhões de eleitores, traduzindo as esperanças do povo brasileiro num governo comprometido com a justiça social e a dignidade humana. Hoje, contudo, vive-se um nítido mal-estar na vida democrática do país provocado pela imposição progressiva da agenda neoliberal nas entranhas do Governo que se expressa em muitos aspectos das reformas realizadas ou em curso. Manifesta-se na prevalência do agronegócio sobre a agricultura familiar e na lentidão da Reforma Agrária; na aceitação – como princípio – do “livre comércio” em vez do comércio justo; no modelo produtivista de crescimento acelerado em conflito com um desenvolvimento sócio-ambiental sustentável e no pouco caso com nossos recursos hídricos; na aceitação passiva dos mecanismos do endividamento público, sem qualquer restrição à especulação financeira; e, ainda, na opção por políticas compensatórias insuficientes porque desacompanhadas de medidas de caráter estrutural e universal, segundo uma perspectiva de direitos.

Já no plano institucional, fatos de que temos conhecimento pela grande imprensa vão formando uma realidade sufocante de nomes e siglas de pessoas e órgãos denunciados. Isso causa um grande desencanto e alimenta a descrença nas instituições democráticas quanto à sua capacidade de preservar o Estado de Direito. A confluência de um grande número de denúncias de corrupção envolvendo instâncias públicas e interesses privados, por parte da Polícia Federal e Ministério Público, revela um grave quadro de injustiça e impunidade que, ademais, agrava a falta de recursos e inviabiliza políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população, impondo-lhe um sofrimento cotidiano. É bem verdade que parte da imprensa, dos parlamentares, dos juizes, do Ministério Público e de instâncias administrativas, estão tentando cumprir honestamente seu papel, dando provas de que um novo cenário, um outro país é possível. Muitas investigações estão em andamento e devemos encorajar este processo. Mas uma verdadeira nação quer muito mais; quer um choque de ética que passe a limpo imediatamente o nosso país.

Enquanto o povo reinventa a democracia ocupando novos espaços públicos de participação, criando alternativas de vida e de respeito às relações de gênero e raça, as elites brasileiras radicalizam uma cultura predatória de sucateamento do patrimônio público e de desmoralização das instituições. Certamente, muitos dos constrangimentos recentes vividos pela nação brasileira apontam para a urgência de uma reforma política e a valorização dos partidos dentro de uma nova cultura política.

A apuração rigorosa dos crimes de “colarinho branco” em algumas empresas estatais, órgãos públicos e dentro do Congresso Nacional é uma exigência de governabilidade e não pode, nem deve ser alvo da exploração político-eleitoreira. Esperamos do governo Lula, do Parlamento, do Judiciário e do Ministério Público todo o empenho para identificação e punição dos culpados, de sorte que as instituições saiam fortalecidas e acreditadas pelo povo brasileiro.

Confiando que os governantes escutem nosso Clamor como Igrejas e Organismos Ecumênicos que é o próprio clamor do povo sofredor, subscrevemo-nos, com esperança de uma sociedade onde reinará a Justiça e a Paz!

Salvador, 09 de junho de 2005